

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

**RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE APLICAÇÃO DE
INTERNET: CRÍTICA ÀS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO MARCO CIVIL DA
INTERNET**

ANA LUIZA CANUTO DE FIGUEIREDO

Rio de Janeiro

2018/1

ANA LUIZA CANUTO DE FIGUEIREDO

**RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE APLICAÇÃO DE
INTERNET: CRÍTICA ÀS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO MARCO CIVIL DA
INTERNET**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Doutor Flavio Alves Martins**.

Rio de Janeiro

2018/1

CIP - Catalogação na Publicação

F475r Figueiredo, Ana Luiza Canuto de
 Responsabilidade civil dos provedores de
 aplicação de internet: crítica às inovações trazidas
 pelo Marco Civil da Internet / Ana Luiza Canuto de
 Figueiredo. -- Rio de Janeiro, 2018.
 79 f.

 Orientador: Flavio Alves Martins.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
 de Direito, Bacharel em Direito, 2018.

 1. Marco Civil da Internet. 2. Responsabilidade
 civil subjetiva. 3. Provedores de aplicação de
 internet. I. Martins, Flavio Alves, orient. II.
 Título.

ANA LUIZA CANUTO DE FIGUEIREDO

**RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE APLICAÇÃO DE
INTERNET: CRÍTICA ÀS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO MARCO CIVIL DA
INTERNET**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Doutor Flavio Alves Martins**.

Data da Aprovação: __ / __ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2018/1

DEDICATÓRIA

À Nathália, quem sempre me socorreu nos momentos difíceis dessa jornada no mundo do Direito.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, pelo amor e apoio incondicional, e às minhas irmãs, minhas fontes de inspiração.

Ao meu orientador, Professor Flavio Alves Martins, pela paciência, dedicação e ensinamentos passados.

A toda a minha família, especialmente à minha tia e avó, que me dão apoio constantemente.

Às minhas amigas, que dividiram comigo preciosos momentos nestes anos de faculdade.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte desta etapa decisiva em minha vida.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo examinar e criticar a aplicação do instituto da responsabilidade civil conforme a atual previsão do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que dispõe como regra geral a responsabilização de provedores de aplicação por violações causadas por terceiros somente em caso de descumprimento de ordem judicial. Foi também analisada a tese jurisprudencial consolidada pelo STJ em época anterior ao advento da referida lei, que previa o emprego do sistema de notificação e retirada para resolução de conflitos entre usuários e provedores de aplicação, com foco nas hipóteses de danos gerados por terceiros dentro das plataformas virtuais. O estudo explorou, igualmente, a legislação estrangeira, examinando principalmente o posicionamento das leis europeias no que tange a responsabilização dos provedores. Em suma, a pesquisa buscou, por meio de fundamentações doutrinárias, jurisprudenciais e legislativas, criticar o novo modelo de responsabilização civil previsto pelo Marco Civil da Internet e reconhecer as vantagens da adoção do sistema de notificação e retirada e da responsabilização civil subjetiva dos provedores de aplicação em caso de descumprimento de mera notificação extrajudicial por parte do usuário lesado.

Palavras-chaves: Marco Civil da Internet; responsabilidade civil; provedores de aplicação; notificação e retirada.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to examine and criticize the application of civil liability according to the current provision of Brazilian Civil Rights Framework for the Internet (Law No. 12.965/2014), which establishes that internet applications providers must be notified by judicial order to take down any content inserted by third parties. The study also analyzes Brazilian court's case law confirmed by the Superior Court of Justice, prior to the advent of the new law, which supported the application of the notice-and-takedown system. It was also examined foreign regulations, focusing on European legislation on civil liability of applications providers. In addition, the research resorted to doctrinal analysis to support its thesis. Finally, the study sought to recognize the advantages of the notice-and-takedown system when it comes to solving conflicts between internet users and internet applications providers.

Keywords: Brazilian Civil Rights Framework for the Internet; civil liability; applications providers; notice-and-takedown.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC	Código Civil
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
STJ	Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A TEORIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROVEDOR DE APLICAÇÕES SOB O ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	16
1.1 DEFINIÇÃO DA EXPRESSÃO “PROVEDORES DE APLICAÇÕES DA INTERNET”	16
1.2 BREVE INTRODUÇÃO À TEMÁTICA DE RESPONSABILIDADE CIVIL.....	18
1.3 TESE JURISPRUDENCIAL SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE APLICAÇÃO DE INTERNET COM BASE NO SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO E RETIRADA	20
2 O MARCO CIVIL DA INTERNET: CRIAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DA LEI 12.965/2014	30
2.1 CRIAÇÃO DO MARCO CIVIL DA INTERNET.....	30
2.2 A MODIFICAÇÃO NA FORMA DE RESPONSABILIZAÇÃO DOS PROVEDORES DE APLICAÇÕES DE INTERNET.....	36
2.3 CRÍTICAS AO MARCO CIVIL DA INTERNET	41
3 A PREDILEÇÃO PELO SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO E RETIRADA EM DETRIMENTO DO MODELO ADOTADO PELO MARCO CIVIL DA INTERNET	49
3.1 AUTORES QUE DEFENDEM O SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO E RETIRADA...49	
3.2 BREVE ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA DOS PROVEDORES DE APLICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL NO CENÁRIO EUROPEU	55
3.3 SOPESAMENTO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS	60
CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, praticamente tudo pode ser resolvido por meio da internet. Seja o envio de uma simples mensagem pessoal ou até mesmo transferências milionárias, tudo pode ser feito por meio de um terminal com acesso à rede.

Os impactos desses avanços tecnológicos são, à primeira vista, extremamente benéficos para a dinâmica mundial de globalização, posto que eliminem as distâncias, antes tidas como obstáculos geográficos que impediam comunicações e transações.

A internet permite que o mundo inteiro esteja conectado simultaneamente, facilitando a vida das pessoas tanto no plano internacional, quanto no âmbito de suas vidas privadas. Aparelhos celulares, computadores pessoais, aplicativos, sistemas inteligentes de coordenação e gerência remotas e outras diversas tecnologias se tornaram parte do cotidiano social.

As facilidades trazidas pelas tecnologias permitem, por exemplo, o acesso a todas as funcionalidades de um banco por um aplicativo celular, sem a necessidade de comparecer pessoalmente a uma agência bancária.

Essa onda tecnológica foi acompanhada pelo crescimento dos usuários com acesso à internet. A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹, realizada pelo IBGE em 2015, verificou que aproximadamente 49,6% da população brasileira² tinha acesso à internet, ou seja, quase metade da população do país à época.

¹ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015**. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2015. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

² Segundo dados colhidos pelo Banco Mundial (The World Bank), a população brasileira no ano de 2015 era de 205.962.108 (duzentos e cinco milhões, novecentos e sessenta e dois mil e cento e oito) pessoas. Fonte: Banco Mundial – The World Bank. **World Bank Open Data: Population, total**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=BR>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

Outras estatísticas, fornecidas pelo Banco Mundial, também indicam que quase metade³ da população mundial está interconectada, seja por meio de computadores, celulares ou outros aparelhos eletrônicos com acesso à rede. A tendência destes percentuais é crescer cada vez mais.

Para mais, a evolução dos sistemas permite uma conexão cada vez mais rápida, fazendo com que uma mensagem, em menos de um segundo, alcance um usuário do outro lado do mundo.

Em virtude da rapidez e da globalização atingidas, os mais diversos tipos de relações jurídicas ocorrem por meio da internet, tais como transações financeiras, contratos, compras e vendas, negociações comerciais diversas e, principalmente, relações interpessoais, com o uso das redes sociais.

No entanto, da mesma forma que representam vantagens dos mais variados tipos, esses avanços tecnológicos também acarretaram diversos problemas – problemas estes que o Direito vem tentando solucionar.

Até o ano de 2014, que marcou a entrada em vigor da Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet, não havia no Brasil nenhuma lei específica que regulasse os aspectos gerais para o uso da internet no território nacional com base no Direito Civil.

Até então, o Judiciário brasileiro recorria às previsões do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor para amparar usuários que haviam sido lesados em decorrência de fatos ocorridos na rede.

Ações com temática relativa à violação de direitos autorais por divulgação de obras não autorizadas, a postagens de cunho ofensivo voltadas a atingir determinado usuário, à divulgação de fotos ou vídeos íntimos que lesionavam a privacidade de terceiros, entre outros, eram recorrentes no Judiciário brasileiro.

Em razão dos inúmeros casos de violações a direitos dentro do contexto da internet, o advento do Marco Civil da Internet no ano de 2014 foi um passo

³ Segundo dados colhidos pelo Banco Mundial (The World Bank), até o ano de 2016, 45,91% da população mundial era usuária da internet. Fonte: Banco Mundial – The World Bank. **World Bank Open Data: Population, total.** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS?end=2016&start=1960&view=chart>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

extremamente importante do Poder Legislativo brasileiro. A lei teve como objetivo estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, tendo se tornado referência mundial no assunto.

Todavia, tal inovação legislativa contrariou frontalmente a tese consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça na época, alterando por completo a sistemática de responsabilização civil dos provedores de aplicação de internet. A primeira decisão a aplicar as previsões do Marco Civil da Internet foi proferida pelo Desembargador Robson Luiz Albanez, da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo⁴.

A decisão do Desembargador concedeu efeito suspensivo a agravo de instrumento interposto contra decisão liminar que determinou a remoção remota do aplicativo “Secret” das lojas online das empresas requeridas Apple e Google, sob pena de multa diária fixada no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

No processo originário, uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo, era defendida a exclusão do “Secret” das lojas online em decorrência de diversas postagens anônimas, dentro do próprio aplicativo, de materiais contendo cenas de nudez e atos sexuais sem a autorização das pessoas envolvidas.

Tal aplicativo, muito utilizado na época pelo público infanto-juvenil, tinha como proposta a possibilidade do anonimato na rede: ao se cadastrar na plataforma, o usuário poderia fazer postagens públicas sem que sua identidade fosse revelada.

Com o tempo, a proposta do aplicativo foi sendo usada de forma indevida. A possibilidade do anonimato online fez com que os usuários se sentissem livres para divulgar materiais desautorizados, principalmente fotos e vídeos de pornografia de vingança⁵.

⁴ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES. Decisão liminar que determinou a retirada do aplicativo “Secret” na rede. Concessão de efeito suspensivo. Decisão do Agravo de Instrumento nº 0035186-28.2014.8.08.0024. Agravante: Secret Inc. Agravado: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Relator: Desembargador Robson Luiz Albanez. Vitória, 06 nov. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico do TJES**, 13 nov. 2014. Disponível em: <https://sistemas.tjes.jus.br/ediario/index.php/index.php?option=com_ediarior&view=content&id=164640>. Acesso em 21 mai. 2018.

⁵ Pornografia de vingança, termo que vem do inglês “revenge porn”, consiste na divulgação de fotos ou vídeos contendo cenas de nudez ou atos sexuais protagonizados por terceiros que não autorizaram

A aplicação do Marco Civil da Internet se deu no sentido de impedir a responsabilização do aplicativo “Secret”, bem como das empresas requeridas Apple e Google, com base na disposição de seu artigo 19.

Tal decisão também fez referência ao artigo 15 da lei supracitada, ao apontar que a empresa requerida estava agindo conforme a previsão legal, uma vez que as técnicas usadas pelo aplicativo permitiam o armazenamento de dados dos usuários e a identificação dos possíveis ofensores.

Este caso, além de marcar a primeira aplicação das regras do Marco Civil da Internet, também é de extrema relevância por refletir um dos principais problemas que assolam a era digital: a divulgação de conteúdo ofensivo e/ou desautorizado que lesione a privacidade e outros direitos da personalidade de terceiros, assunto este habitual nos tribunais e na mídia nacional.

O que se destaca é que a grande parte dos casos de danos decorrentes da divulgação de conteúdo desautorizado está diretamente ligada aos direitos fundamentais constitucionais de honra, privacidade, intimidade e imagem.

Nestes casos, levando em consideração a rapidez com que as informações são compartilhadas e o crescente número de usuários na internet, o fator tempo é imprescindível para a efetiva proteção desses direitos constitucionais. Portanto, quanto mais ágeis forem as medidas para a solução do problema, maior será o êxito na proteção dos direitos em questão.

À vista disso, convém apontar a posição adotada pelo Marco Civil da Internet, que submete a uma ordem judicial a responsabilidade do provedor de aplicação de remover o conteúdo ofensivo.

Deste modo, excetuando-se os dois casos ressalvados em lei⁶, o usuário ofendido deverá sempre recorrer ao Judiciário para exigir que conteúdos danosos sejam retirados da rede.

a divulgação. As vítimas, em sua maioria, são ex-namoradas que têm sua intimidade divulgada por seus antigos parceiros.

⁶ O artigo 21 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) dispõe sobre a possibilidade de responsabilização subsidiária do provedor de aplicações de internet que, após recebimento de notificação extrajudicial pelo participante ou seu representante legal, não promover a remoção de imagens, vídeos ou outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado,

Da mesma forma que o acesso à rede se dissemina pela população mundial, as tecnologias evoluem cada vez mais rapidamente. Diariamente, novas inovações são lançadas para modificar e modernizar os sistemas. Entretanto, tais inovações não conseguem ser acompanhadas pelo Direito.

Vale lembrar que o próprio Marco Civil da Internet, embora seja uma lei extremamente nova para os padrões legislativos, começou a ser pensado por meio do Projeto de Lei nº 2.126/2011, apresentado em agosto de 2011. Isto justifica o fato de a lei não ter sido pensada com base em um modelo de tecnologia que corresponda à atual realidade das inovações tecnológicas.

A tentativa de conceituar juridicamente elementos típicos desta área científica, bem como de legislar sobre tais assuntos, delimitando direitos e deveres quanto ao uso dessas novas tecnologias, é um processo extremamente lento em comparação com a evolução da ciência em si.

Em suma, a análise do texto da Lei nº 12.965/2014, no contexto atual, vem sendo objeto de críticas pela doutrina. Em determinados aspectos, as inovações trazidas pelo Marco Civil da Internet podem resultar numa maior proteção aos próprios provedores de aplicações e à liberdade de expressão na rede.

Como consequência, tem-se o menosprezo à tutela da intimidade, privacidade, honra, imagem e demais direitos fundamentais do usuário – figura esta que representa a verdadeira parte hipossuficiente desta relação.

Para os estudiosos, questiona-se se estaria o Marco Civil da Internet garantindo, de forma paritária, a proteção dos direitos constitucionais em jogo, ou se o novo modelo adotado pela lei de 2014, ao impedir a responsabilização por descumprimento de notificações extrajudiciais, estaria dando prioridade à liberdade de expressão e à vedação à censura.

Questiona-se, ainda, se a nova previsão do Marco Civil teve como consequência a maior burocratização e encarecimento do procedimento para retirada de material ofensivo da rede. Isto porque a imprescindibilidade de ordem judicial para

garantir a retirada de conteúdo danoso da internet tornou tal mecanismo extremamente moroso e oneroso para grande parte da população.

Sob esse prisma, compete igualmente frisar que a celeridade no processo de retirada destes materiais de circulação é fator muitas vezes essencial para a garantia de real resolução do problema.

A rapidez com que as postagens são compartilhadas na internet e a agilidade com que a informação se dissemina pela rede torna o fator tempo uma condição importantíssima para a garantia da proteção do usuário ofendido.

Em suma, resta a seguinte indagação: a alteração da sistemática de responsabilização civil dos provedores de aplicação de internet, trazida pelo Marco Civil da Internet, foi realmente benéfica para o direito brasileiro?

A hipótese levantada por este estudo é de que os provedores de aplicação deveriam ser responsabilizados civilmente de forma subjetiva, não só em razão de descumprimento de ordem judicial, mas também em casos de não cumprimento de notificação extrajudicial enviada pelo usuário ofendido – entendimento este adotado pelo STJ antes do advento da nova legislação.

Tal tese se funda na ideia de que, em razão dos avanços tecnológicos e da crescente rapidez com que se propagam informações na rede, deve ser exigido das aplicações de internet um maior comprometimento para tentar solucionar os problemas decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

Pretende-se, no presente estudo, analisar a percepção de que, muito embora haja o dever de proteger o direito à liberdade de expressão na rede e impedir a censura prévia, também é preciso entender a essencialidade de uma rápida atuação do provedor para garantir que os conteúdos postados nas redes não acarretem danos irreparáveis para seus usuários.

Isso pois, em diversos casos, a mera monetarização do dano causado ao usuário não consegue estabelecer uma equivalência real com o prejuízo produzido, que poderá afetar por tempo indefinido esferas da vida pública e privada da vítima.

A presente pesquisa basear-se-á na análise crítica das consequências geradas pelas modificações trazidas pelo Lei nº 12.965/2014, com foco no que tange à nova aplicação da teoria da responsabilidade civil aos provedores de aplicações.

Pretende-se, a partir destas observações, a construção de uma tese que solucione os problemas decorrentes da nova aplicação dada pela lei em relação à responsabilidade de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

Como objetivo, o estudo deverá analisar o posicionamento jurisprudencial acerca da responsabilização civil das aplicações de internet em época anterior à vigência do Marco Civil da Internet, bem como analisar e criticar todas as inovações por ele trazidas sobre o tema em questão.

Caberá, também, revisar a doutrina e a legislação nacional e internacional em busca de hipóteses que solucionem os eventuais problemas gerados pelo advento da lei de 2014.

Para mais, o presente trabalho buscará possíveis soluções para as críticas que propuser, incluindo a pesquisa e avaliação de eventuais projetos de lei em vigor que visem modificar o Marco Civil da Internet.

Nos próximos capítulos, será feita uma breve análise do instituto da responsabilidade civil, seguida de um estudo sobre o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça antes do advento da nova lei acerca da responsabilização civil dos provedores de aplicações.

Posteriormente, será feito um histórico do Marco Civil da Internet, desde sua elaboração como projeto de lei até sua entrada em vigor, e uma análise crítica das mudanças por ele trazidas ao cenário legislativo e judiciário brasileiro.

Por fim, deverá ser proposta uma solução para as críticas apontadas com base no que se concluiu do estudo elaborado e pautando-se no entendimento doutrinário brasileiro e estrangeiro, na jurisprudência atual e na legislação internacional que aborda o presente tema.

1 A TEORIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROVEDOR DE APLICAÇÕES SOB O ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1.1 Definição da expressão “provedores de aplicações da internet”

O presente estudo tem como objetivo a análise da responsabilidade civil dos provedores de aplicação de Internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

Inicialmente, para que se tenha uma perfeita compreensão do que será abordado, é preciso esclarecer o significado de provedor de aplicações, expressão esta encontrada no texto legal do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e frequentemente utilizada no decorrer da análise do presente tema.

Com base no disposto no artigo 5º, inciso VII, da referida lei e no posicionamento da doutrina que versa sobre o assunto, pode-se afirmar que:

Provedor de Aplicação de Internet é um termo que designa qualquer empresa, organização ou pessoa natural que, de forma profissional ou amadora, forneça um conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à Internet, não importando se os objetivos são econômicos⁷.

Mais especificamente, a expressão provedor de aplicação de internet abrange dois outros tipos de provedores⁸: os provedores de conteúdo⁹ e os provedores de hospedagem.

⁷ CERÓY, Frederico Meinberg. **Os conceitos de provedores no Marco Civil da Internet**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI211753,51045-Os+conceitos+de+provedores+no+Marco+Civil+da+Internet>> Acesso em 08 abr. de 2018.

⁸ ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. Responsabilidade civil dos provedores de internet e a proteção da imagem. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**. Brasília, v. 29, n. 7/8, p. 53-68, julho/agosto de 2017, ISSN 0103-703-X. p. 60. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/113251/responsabilidade_civil_provedores_zanini.pdf>. Acesso em 10 abr. 2018.

Conforme descrito por Marcel Leonardi, provedores de conteúdo são pessoas físicas ou jurídicas que, por meio de endereços eletrônicos, disponibilizam na internet informações criadas ou desenvolvidas por terceiros, como o site da UOL¹⁰.

Por sua vez, provedores de hospedagem são pessoas jurídicas que fornecem serviço de armazenamento de dados em seus próprios servidores por meio de acesso remoto, o que permite a usuários o acesso a todo conteúdo que neles está hospedado¹¹.

As redes sociais, como Facebook e Twitter, são clássicos exemplos de provedores de hospedagem, posto que fornecem a usuários de todo o mundo um espaço dentro do ambiente virtual no qual é possível armazenar dados, textos, fotos e vídeos.

Ademais, cumpre ressaltar que, embora existam diversos tipos de provedores, tais como os provedores de *backbone*, provedores de acesso e provedores de informação, a matéria abordada na presente monografia refere-se unicamente a hipóteses de responsabilização civil de provedores de aplicações de Internet, abrangendo exclusivamente os provedores de conteúdo e hospedagem.

Essa ressalva é fundamental, considerando-se que a forma de responsabilização civil pode variar entre os tipos de provedores.

Após os esclarecimentos iniciais, faz-se obrigatória a análise e compreensão do instituto da responsabilidade civil e seu funcionamento no ordenamento jurídico brasileiro.

⁹ Importante ressaltar a diferença entre provedor de conteúdo, provedor de informação e provedor de busca. Segundo Leonardi, “provedor de informação é toda pessoa natural ou jurídica responsável pela criação das informações divulgadas através da Internet. É o efetivo autor da informação disponibilizada por um provedor de conteúdo”. Por outro lado, “provedor de conteúdo é toda pessoa natural ou jurídica que disponibiliza na Internet as informações criadas ou desenvolvidas pelos provedores de informação, utilizando para armazená-las servidores próprios ou os serviços de um provedor de hospedagem”. Por fim, segundo Zanini, provedor de busca é aquele que, “partindo de termos ou expressões fornecidas pelos próprios usuários, indica os locais onde as informações, como arquivos ou páginas, podem ser encontradas”. Fontes: LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005. p. 27. Disponível em: <<http://leonardi.adv.br/wp-content/uploads/2011/04/mlrcpsi.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2018; e ZANINI, op.cit., p. 60-64.

¹⁰ LEONARDI, op. cit., p. 27.

¹¹ Ibidem, p. 25.

1.2 Breve introdução à temática de responsabilidade civil

A responsabilidade civil é um instituto do direito brasileiro que tem por objetivo assegurar a responsabilização de agentes que violem direitos ou causem danos a outrem, ainda que por ação ou omissão voluntária, com ou sem culpa na conduta. Sua previsão legal advém de artigos presentes no Código Civil, no Código de Defesa do Consumidor e mesmo na Constituição Federal.

A análise do instituto parte da ideia de que a responsabilização civil de um agente torna-o obrigado a reparar o dano por ele causado ou o direito por ele violado. Nos casos concretos, sua aplicação resulta no dever de restituir ao bem seu estado anterior à lesão e/ou no dever de indenizar a vítima do dano ou da violação.

Ainda, para a verificação da responsabilidade civil de determinado agente, a doutrina tenta estabelecer alguns requisitos que, conjuntamente, materializem o dever de restituir ou indenizar. Muito embora tal assunto não seja pacificado, seguindo as análises de Flávio Tartuce, a configuração da responsabilidade civil possui quatro pressupostos. São eles: a existência de uma conduta executada pelo agente; um dano ou prejuízo causado à vítima; a culpa genérica do agente; e o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado danoso¹².

O primeiro pressuposto abordado, a conduta do agente, corresponde a uma ação voluntária por ele praticada ou uma omissão voluntária quando a ele cabia o dever jurídico de agir para evitar o dano ocasionado¹³.

O resultado danoso, segundo pressuposto indicado por Tartuce, é o prejuízo patrimonial ou extrapatrimonial suportado pela vítima, que deverá ser comprovado pelo autor da demanda para fins de responsabilização civil¹⁴.

Outro pressuposto para a configuração da responsabilidade civil é a culpa genérica, que engloba o dolo e a culpa estrita. Portanto, para verificação da responsabilidade civil, analisa-se também a intenção do agente ao praticar a conduta danosa.

¹² TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único, 5. ed. rev., atual. e ampl., p. 381, São Paulo: MÉTODO, 2015. E-book. ISBN 978-85-309-6210-4.

¹³ Ibidem, p. 382.

¹⁴ Ibidem, p. 393.

Havendo dolo, o agente terá praticado a ação ou omissão com intenção de dar causa ao evento danoso. Por outro lado, havendo culpa, ainda que não haja a real intenção de causar o dano, o agente terá praticado a ação ou omissão de forma imprudente, imperita ou negligente¹⁵.

Por fim, o quarto pressuposto necessário para a responsabilização civil é o nexo de causalidade entre a conduta do agente e o resultado danoso. Segundo Tartuce, “nexo de causalidade ou nexo causal constitui o elemento imaterial ou virtual da responsabilidade civil, constituindo a relação de causa e efeito entre a conduta culposa ou o risco criado e o dano suportado por alguém”¹⁶. Em outras palavras, é o liame que conecta a conduta do agente ao resultado danoso.

Para o exame deste instituto e sua aplicação no âmbito dos provedores de Internet, cabe ainda mencionar as duas hipóteses distintas de responsabilização previstas no ordenamento jurídico¹⁷.

A primeira hipótese é a de responsabilização civil subjetiva, que se baseia na teoria da culpa, ou seja, impõe como requisito imprescindível para a responsabilização do agente a existência de conduta dolosa ou culposa.

Portanto, somente se configura a responsabilidade civil subjetiva quando o agente causador do dano agiu com intenção efetiva de causar prejuízo, ou de forma imprudente, imperita e negligente, sendo a comprovação da culpa necessária para responsabilização civil em qualquer destes casos¹⁸.

Sob outra perspectiva, a responsabilidade civil objetiva, segunda hipótese abordada, baseia-se na teoria do risco, o que torna irrelevante a comprovação de culpa por parte do agente em sua conduta, conforme disposto no parágrafo único do artigo 927 do Código Civil de 2002¹⁹. Neste caso, a mera verificação da existência de

¹⁵ TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único, 5. ed. rev., atual. e ampl., p. 384, São Paulo: MÉTODO, 2015. E-book. ISBN 978-85-309-6210-4.

¹⁶ Ibidem, p. 388.

¹⁷ Ibidem, p. 419.

¹⁸ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**, volume 1: parte geral, 10. ed., São Paulo: SARAIVA, 2012, E-book, ISBN 978-85-02-15530-5, p. 478.

¹⁹ O parágrafo único do artigo 927 do Código Civil de 2002 traz positivado na legislação a “obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”. BRASIL. Código Civil Brasileiro (2002). Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

um nexo de causalidade entre a conduta praticada e o dano gerado já resulta na possibilidade de responsabilizar civilmente o agente, ainda que inexistia dolo ou culpa em sua ação ou omissão²⁰.

Para Carlos Roberto Gonçalves, a teoria do risco se assenta na ideia de que quando um agente está realizando uma atividade que lhe traz benefícios, ele deverá responder por todos os riscos e danos gerados por esta atividade a um terceiro, independentemente da existência de culpa.

A responsabilidade civil desloca-se da noção de culpa para a ideia de risco, ora encarada como “risco-proveito”, que se funda no princípio de que é reparável o dano causado a outrem em consequência de uma atividade realizada em benefício do responsável (*ubi emolumentum, ibi onus*, isto é, quem auferir os cômodos (lucros) deve suportar os incômodos ou riscos); ora mais genericamente como “risco criado”, a que se subordina todo aquele que, sem indagação de culpa, expuser alguém a suportá-lo, em razão de uma atividade perigosa; ora, ainda, como ‘risco profissional’, decorrente da atividade ou profissão do lesado, como ocorre nos acidentes de trabalho²¹.

Dentro da matéria da responsabilidade civil, passa-se agora para o exame específico da responsabilização civil de provedores de aplicações de Internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

1.3 Tese jurisprudencial sobre a responsabilidade civil dos provedores de aplicação de internet com base no sistema de notificação e retirada

Com o passar dos anos, em razão do aumento do uso da Internet e do crescimento dos casos de abuso e violação na rede, a responsabilidade civil passou a ser estudada sob a ótica das novas tecnologias.

Institui o Código Civil Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm#art2044>. Acesso em: 25 mai. 2018.

²⁰ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, volume 1: parte geral, 10. ed., São Paulo: SARAIVA, 2012, E-book, ISBN 978-85-02-15530-5, p. 478.

²¹ Ibidem, p. 479.

A análise dos casos concretos, cada vez mais numerosos e que abordavam lesões causadas por outros usuários dentro da rede, se voltou para o estudo da possibilidade de responsabilização dos provedores de aplicação de Internet, ou seja, da pessoa física ou jurídica por trás do endereço eletrônico dentro do qual ocorreu a lesão ao direito.

Até o ano de 2014, o tópico em questão não era objeto de nenhuma lei brasileira específica, ficando a cargo da doutrina e dos tribunais a aplicação de dispositivos previstos no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor.

A regulação das relações jurídicas entre provedores de aplicação e usuários era feita com base no Código de Defesa do Consumidor, uma vez que essas relações apresentavam traços típicos da relação de consumo padrão.

O entendimento doutrinário firmado indicava que a gratuidade do serviço prestado pelos provedores de aplicação não desconfigurava a relação consumerista, haja vista que tais provedores são beneficiados, ainda que de forma indireta, por meio da exibição de publicidade e da venda dos dados de seus próprios usuários.

Neste sentido, como adiante se esclarece, não há dúvida de que haverá uma relação de consumo entre os provedores e o usuário destas ferramentas e serviços na medida em que a remuneração é indireta através da publicidade e do manejo dos dados pessoais dos usuários, a depender do elemento teleológico que caracteriza consumidor como o “destinatário final”²².

Portanto, o reconhecimento desse vínculo consumerista permitia que as relações jurídicas criadas dentro do ambiente cibernético entre provedores de

²² É prudente ressaltar que Cíntia Rosa Pereira de Lima discorre sobre a equiparação da relação entre provedores e usuários à relação consumerista, afirmando que “ainda que seja um empresário, o usuário destes serviços pode ser caracterizado como consumidor quando atua fora de sua *expertise* e quando não oferece estes serviços para terceiros (o consumo intermediário)”. Desta forma, a autora aplica a Teoria do Finalismo Aprofundado, defendida pelo Superior Tribunal de Justiça e consubstanciada no Informativo número 510 da referida Corte. Fontes: LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. A responsabilidade civil dos provedores de aplicação de Internet por conteúdo gerado por terceiro antes e depois do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/14). **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 110, p. 157, maio 2016. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/115489>>. Acesso em: 26 mai. 2018. DOI: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v110i0p155-176>>, e BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Informativo de Jurisprudência nº 510/STJ**. Terceira Turma: “Direito do Consumidor. Consumo Intermediário. Vulnerabilidade. Finalismo Aprofundado”. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=INFJ&tipo=informativo&livre=@COD=%270510%27>>. Acesso em 20 abr. 2018.

aplicações e usuários fossem amparadas não só pelo Código Civil como também pelo Código de Defesa do Consumidor.

Entretanto, a utilização desses dispositivos legais tinha que ser cautelosa porque, seguindo a previsão do artigo 12 do Código de Defesa do Consumidor²³ e do artigo 927 do Código Civil de 2002, poderia resultar na responsabilização civil objetiva dos provedores de aplicação na rede.

Nesse caso, os provedores de aplicação responderiam sempre e por todos os danos causados aos usuários dentro de suas plataformas virtuais, independentemente de incorrerem em culpa ou dolo na conduta violadora. Seriam, então, responsabilizados por qualquer prejuízo a terceiros que ocorresse dentro de seu endereço eletrônico.

Conforme a análise do italiano Giovanni Maria Riccio, a responsabilização civil objetiva dos provedores embasava-se na teoria do Risco do Negócio e na ideia de que o provedor, por obter vantagem econômica por meio do exercício de sua atividade na internet, seria obrigado a suportar todos os danos sofridos por terceiros em razão do conteúdo gerado e disponibilizado dentro dos endereços eletrônicos²⁴.

Não obstante, a atribuição de todos os riscos aos provedores de aplicações poderia causar danos irreparáveis ao processo de evolução das novas tecnologias e da sociedade de informação. Riccio²⁵ acredita que esta responsabilização resultaria em maiores despesas para garantir o desenvolvimento de sistemas de proteção eficazes e para suportar eventuais condenações em razão da responsabilização civil objetiva²⁶.

²³ A aplicação analógica do artigo 12 do CDC, que afirma que “o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos”, para a regulação das relações entre provedores de aplicação da internet e usuários da rede resultaria na responsabilização civil objetiva dos provedores, independente da comprovação de existência de culpa ou dolo na conduta.

²⁴ RICCIO, Giovanni Maria. **La responsabilità civile degli internet providers**. Torino: G. Giappichelli Editore, 2002. p. 37-38.

²⁵ Ibidem, p. 44. Riccio afirma que no direito italiano a responsabilização dos provedores só ocorre caso o evento danoso tenha diretamente como causa a própria atividade do provedor, não havendo responsabilização direta dos mesmos em razão da violação causada por terceiros.

²⁶ Ibidem, p. 38-40.

Como consequência, haveria a transferência desses custos extras para o usuário, que passaria a ser cobrado por serviços antes gratuitos, o que poderia “inviabilizar a internet como uma eficaz ferramenta de comunicação e transmissão de informação”²⁷.

À vista disso, objetivando garantir o desenvolvimento das relações cibernéticas e a tutela eficaz das partes envolvidas, a tese construída pelos tribunais à época determinava a aplicação da responsabilidade civil subjetiva aos provedores de aplicações na internet.

O Superior Tribunal de Justiça, a nosso ver de forma correta, mitigava a regra da responsabilidade objetiva nas relações de consumo determinando que o provedor de aplicação responderia quando ciente do dano sofrido pelo usuário não tomasse nenhuma medida para que o dano não se perpetue.

Semelhantemente, a Seção 4 (*Liability of intermediary service providers*) da Diretiva 2000/31, que regulamenta regras sobre o comércio eletrônico no Direito Comunitário europeu. O art. 12 traz a regra geral de que os Estados-membros devem garantir que os intermediários não sejam responsabilizados pelo conteúdo gerado por terceiros.

Quanto aos *hosters*, o art. 14 da Dir. 2000/31, semelhantemente, estabelece que estes provedores não se responsabilizam pelo conteúdo gerado por terceiros, porém passam a responder se, após cientificado de qualquer maneira não tomarem nenhuma medida. Assim, o Direito Comunitário Europeu não exige a notificação judicial²⁸.

Desta forma, foi estabelecido que após ser comunicado da existência de postagem com conteúdo potencialmente ilícito, o site deveria, dentro do prazo de 24 horas, promover a retirada do conteúdo ofensivo da rede para posterior análise da veracidade das alegações da denúncia.

Seguindo o entendimento europeu, as Terceira e Quarta Turmas do Superior Tribunal de Justiça pacificaram o entendimento de que tais provedores responderiam solidariamente com o real autor do dano em caso de descumprimento de notificação

²⁷ LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. A responsabilidade civil dos provedores de aplicação de Internet por conteúdo gerado por terceiro antes e depois do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/14). **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 110, p. 166, maio 2016. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/115489>>. Acesso em: 26 mai. 2018. DOI: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v110i0p155-176>>.

²⁸ LIMA, loc. cit.

extrajudicial prévia enviada pelo usuário ofendido, quando comprovada a ofensividade do conteúdo disponibilizado na rede²⁹.

REDES SOCIAIS. MENSAGEM OFENSIVA. REMOÇÃO. PRAZO.

A Turma entendeu que, uma vez notificado de que determinado texto ou imagem possui conteúdo ilícito, o provedor deve retirar o material do ar no prazo de 24 horas, sob pena de responder solidariamente com o autor direto do dano, pela omissão praticada. Consignou-se que, nesse prazo (de 24 horas), o provedor não está obrigado a analisar o teor da denúncia recebida, devendo apenas promover a suspensão preventiva das respectivas páginas, até que tenha tempo hábil para apreciar a veracidade das alegações, de modo que, confirmando-as, exclua definitivamente o perfil ou, tendo-as por infundadas, restabeleça o seu livre acesso³⁰.

Essa responsabilidade civil subjetiva decorrente de descumprimento de mera notificação extrajudicial foi importada para o cenário jurídico brasileiro com base na teoria norte-americana do *notice-and-takedown*³¹. Tal teoria garantia que o provedor de aplicações, ao cumprir o pedido de retirada de material alegadamente ofensivo,

²⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Civil e Consumidor. Internet. Relação de Consumo. Incidência do CDC. Provedor de conteúdo. Ciência da existência de conteúdo ilícito. Retirada do ar em 24 horas. Dever. Submissão do litígio diretamente ao poder judiciário. Consequências. Dispositivos legais analisados: arts. 14 do CDC e 927 do CC/02. Acórdão no Recurso Especial nº 1.338.214 - MT. Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Recorrido: Roger Eduardo Sassaki. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, 21 nov. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico do STJ**, 02 dez. 2013. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=32638068&num_registro=201200396460&data=20131202&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em 25 mai. 2018.

³⁰ A citação refere-se à ementa de acórdão proferido no Recurso Especial nº 1.323.754 - RJ que posteriormente foi publicada no Informativo de Jurisprudência nº 500 do Superior Tribunal de Justiça. Fontes: BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Informativo de Jurisprudência nº 500/STJ**. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisarumaedicao&livre=@cod=%270500%27>>. Acesso em 08 abr. 2018; e BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial nº 1.323.754 - RJ. Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Recorrida: Grasielle Salme Leal. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Terceira Turma do STJ. Brasília, 19 jun. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico do STJ**, 28 ago. 2012. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?seq_publicacao=12186&seq_documento=6054760&data_pesquisa=28/08/2012&versao=impressao&nu_seguimento=00001&tipo_documento=documento>. Acesso em 08 abr. 2018.

³¹ Traduzida para o português como “notificação e retirada”. “Inspirada no Digital Millennium Copyright Act, a referida teoria nasce no campo do direito autoral, para criar uma espécie de exceção à responsabilidade por violação de direitos autorais na Internet, assegurando a imunidade aos provedores que atendessem prontamente à notificação do ofendido para a retirada do material impróprio”. Fonte: SCHREIBER, Anderson. Marco Civil da Internet: avanço ou retrocesso? A responsabilidade civil por dano derivado do conteúdo gerado por terceiro in LUGCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II**. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 286; UNITED STATES OF AMERICA. Digital Millennium Copyright Act of 1998. **105th Congress, H.R. 2281**. October 28, 1998. Disponível em: <<https://www.copyright.gov/legislation/dmca.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

não poderia ser responsabilizado futuramente em possível ação judicial contra o real autor da ofensa. Desta forma, o judiciário brasileiro concedia imunidade ao provedor de Internet que colaborasse de forma a impedir a propagação do dano causado à vítima.

Portanto, uma mera notificação extrajudicial por parte da vítima já era suficiente para obrigar o provedor de aplicações de Internet a prosseguir com a retirada do conteúdo ofensivo de seu endereço eletrônico, sob pena de responder civilmente. Em muitos casos, o próprio provedor de internet já disponibiliza em seu site algum mecanismo para denúncias, o que facilita ainda mais a comunicação entre usuários e provedor.

Assim, era firmada a concepção de que as aplicações de internet estariam sujeitas à responsabilização civil subjetiva com base na teoria da culpa caso, após tomarem conhecimento de existência de material de conteúdo ofensivo na rede, não intervissem de modo a remover o material ilícito.

Tal subjetividade na responsabilização dos provedores impedia que houvesse condenação sem que fosse comprovada a culpa do próprio provedor, seja por não retirar o conteúdo ofensivo após ser notificado ou seja por ter dado causa à lesão.

A proposta apresentada pelo Superior Tribunal de Justiça era a de impedir eventual responsabilidade civil objetiva, afastando assim a aplicação da teoria do risco e tornando imprescindível a comprovação da culpa no caso concreto.

Do mesmo modo, também foi afastada a tese de que os provedores deveriam fazer fiscalização prévia do conteúdo postado por terceiros em seu endereço eletrônico.

CIVIL E CONSUMIDOR. INTERNET. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DO CDC. GRATUIDADE DO SERVIÇO. INDIFERENÇA. PROVEDOR DE CONTEÚDO. FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO TEOR DAS INFORMAÇÕES POSTADAS NO SITE PELOS USUÁRIOS. DESNECESSIDADE. MENSAGEM DE CONTEÚDO OFENSIVO. DANO MORAL. RISCO INERENTE AO NEGÓCIO. INEXISTÊNCIA. CIÊNCIA DA EXISTÊNCIA DE CONTEÚDO ILÍCITO. RETIRADA IMEDIATA DO AR. DEVER. DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE CADA USUÁRIO. DEVER. REGISTRO DO NÚMERO DE IP. SUFICIÊNCIA.

1. A exploração comercial da Internet sujeita as relações de consumo daí advindas à Lei nº 8.078/90.

2. O fato de o serviço prestado pelo provedor de serviço de Internet ser gratuito não desvirtua a relação de consumo, pois o termo “mediante remuneração”, contido no art. 3º, § 2º, do CDC, deve ser interpretado de forma ampla, de modo a incluir o ganho indireto do fornecedor.

3. A fiscalização prévia, pelo provedor de conteúdo, do teor das informações postadas na web por cada usuário não é atividade intrínseca ao serviço prestado, de modo que não se pode reputar defeituoso, nos termos do art. 14 do CDC, o site que não examina e filtra os dados e imagens nele inseridos.

4. O dano moral decorrente de mensagens com conteúdo ofensivo inseridas no site pelo usuário não constitui risco inerente à atividade dos provedores de conteúdo, de modo que não se lhes aplica a responsabilidade objetiva prevista no art. 927, parágrafo único, do CC/02.

5. Ao ser comunicado de que determinado texto ou imagem possui conteúdo ilícito, deve o provedor agir de forma enérgica, retirando o material do ar imediatamente, sob pena de responder solidariamente com o autor direto do dano, em virtude da omissão praticada³².

Importante ressaltar ainda que o prazo de 24 horas convencionado no entendimento do STJ fazia referência tão somente ao limite de tempo concedido para que o provedor de aplicações cumprisse a notificação do usuário, suspendendo a publicação alegadamente ofensiva.

Portanto, a partir do momento em que recebia qualquer denúncia de publicações danosas postadas em seu endereço eletrônico, o provedor de aplicações teria 24 horas para promover a suspensão preventiva do conteúdo denunciado e evitar maior divulgação da postagem ofensiva pela rede³³.

³² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial nº 1.186.616 – MG. Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Recorrida: Alexandre Magno Silva Marangon. Relator: Ministra Nancy Andrighi. Terceira Turma do STJ. Brasília, 23 ago. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico do STJ**, 31 ago. 2011. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=17189288&num_registro=201000512263&data=20110831&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em 08 abr. 2018.

³³ “Embora esse procedimento possa eventualmente violar direitos daqueles cujos posts venham a ser indevidamente suprimidos, ainda que em caráter temporário, essa violação deve ser confrontada com os danos advindos da divulgação de mensagens ofensivas, sendo certo que, sopesados os prejuízos envolvidos, prevalece a necessidade de proteção da dignidade e da honra dos que navegam na rede”. Fonte: BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Civil e Consumidor. Internet. Relação de consumo. Incidência do CDC. Provedor de hospedagem de “blogs”. Mensagem de conteúdo ofensivo. Dano moral. Risco não inerente ao negócio. Ciência da existência de conteúdo ilícito ou ofensivo. Retirada do ar em 24 horas. Dever, desde que informado o URL pelo ofendido. Dispositivos legais analisados: arts. 5º, IV, VII e IX, e 220 da CF/88; 6º, III, 14 e 17 do CDC; e 927, parágrafo único, do CC/02. Acórdão no Recurso Especial nº 1.406.448 - RJ. Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Recorrido: Geraldo do Carmo da Costa Limas Araújo. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, 15

Após cumprido o prazo inicial de 24 horas para suspensão da publicação denunciada, o provedor de aplicação passava a ter a responsabilidade de analisar, em tempo hábil não estipulado, o teor e a veracidade das alegações, de modo a efetivar a remoção definitiva da página com conteúdo ofensivo ou, inexistindo ilegalidade, torná-la novamente disponível na rede, cabendo neste último caso a responsabilização dos usuários que oferecerem falsas denúncias.

O diferimento da análise do teor das denúncias não significa que o provedor poderá postergá-la por tempo indeterminado, deixando sem satisfação o usuário cujo perfil venha a ser provisoriamente suspenso. Cabe ao provedor, o mais breve possível, dar uma solução final para o caso, confirmando a remoção definitiva da página de conteúdo ofensivo ou, ausente indício de ilegalidade, recolocando-a no ar, adotando, nessa última hipótese, as providências legais cabíveis contra os que abusarem da prerrogativa de denunciar³⁴.

Deste modo, o judiciário conseguia garantir uma forma eficaz de impedir – ou ao menos reduzir – violações a direitos dos usuários e simultaneamente eximir os provedores da obrigação de realizar uma análise prévia de todo o conteúdo postado em suas plataformas virtuais, análise esta que seria absolutamente impossível de ser cumprida, tendo em conta o intenso crescimento do número de usuários com acesso à internet e a enorme quantidade de informações divulgadas a cada segundo na rede³⁵.

out. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico do STJ**, 21 out. 2013. p. 9-10. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=31905864&num_registro=201201318237&data=20131021&tipo=51&formato=PDF>. Acesso em: 08 mai. 2018.

³⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Informativo de Jurisprudência nº 500/STJ**. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisarumaedicao&livre=@cod=%270500%27>>. Acesso em 08 abr. 2018; e BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial nº 1.323.754 - RJ. Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Recorrida: Grasielle Salme Leal. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Terceira Turma do STJ. Brasília, 19 jun. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico do STJ**, 28 ago. 2012. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?seq_publicacao=12186&seq_documento=6054760&data_pesquisa=28/08/2012&versao=impressao&nu_seguimento=00001&tipo_documento=documento>. Acesso em 08 abr. 2018.

³⁵ “[...] consignou que o recorrido, por atuar, *in casu*, como provedor de conteúdo - já que apenas disponibiliza as informações inseridas por terceiros no site -, não responde de forma objetiva pelo conteúdo ilegal desses dados. Asseverou que o provedor deve assegurar o sigilo, a segurança e a inviolabilidade dos dados cadastrais de seus usuários, além de garantir o pleno funcionamento das páginas que hospeda, entretanto não pode ser obrigado a exercer um monitoramento prévio das informações veiculadas por terceiros, pois não se trata de atividade intrínseca ao serviço por ele prestado (controle, inclusive, que poderia resultar na perda de eficiência e no retrocesso do mundo virtual), razão pela qual a ausência dessa fiscalização não pode ser considerada falha do serviço. Salientou, ainda, não se tratar de atividade de risco por não impor ônus maior que o de qualquer outra atividade comercial. Todavia, ressaltou que, a partir do momento em que o provedor toma

Consoante explicação de Anderson Schreiber³⁶, a adoção desse sistema estimulava um comportamento mais proativo por parte dos provedores que, para garantir que não fossem responsabilizados, buscavam colaborar com a retirada prévia de conteúdos denunciados de suas páginas eletrônicas.

Como resultado, a remoção de materiais ofensivos ou danosos ocorreria de forma rápida e ágil, o que garantiria com mais efetividade a proteção dos direitos dos usuários, tais como a honra, intimidade, privacidade e imagem, e a contenção do dano, haja vista que, em razão da rapidez com que as tecnologias evoluem, o dano deixou de ter um caráter local há tempos, podendo cada vez mais alcançar dimensões “transfronteiriças”.

O dano passa a tomar proporções antes nunca imaginadas. O sistema jurídico da responsabilidade civil está fundado na ideia de dano local ou dano regional. Mas tendo em vista a comunicação em massa transfronteiriça das redes sociais, a extensão do dano é muito maior³⁷.

À vista disso, a rápida atuação dos provedores de aplicação na remoção de conteúdo ilícito era – e continua sendo – crucial para a contenção do dano causado. Nestes termos, a observância de comunicados extrajudiciais enviados por usuários

conhecimento da existência do conteúdo ilegal, deve promover a sua remoção imediata; do contrário, será responsabilizado pelos danos daí decorrentes”. Fontes: BRASIL. Superior Tribunal de Justiça.

Informativo de Jurisprudência nº 460/STJ. Disponível em:

<<https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisarumaedicao&livre=@cod=%270460%27>>. Acesso em 08 abr. 2018; e BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial nº 1.193.764 - SP. Recorrente: I P DA S B. Recorrido: Grasielle Salme Leal. Google Brasil Internet Ltda. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Terceira Turma do STJ. Brasília, 14 dez. 2010. **Diário de Justiça Eletrônico do STJ**, 08 ago. 2011. Disponível em:

<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=13438580&num_registro=201000845120&data=20110808&tipo=51&formato=PDF>. Acesso em 08 abr. 2018.

³⁶ SCHREIBER, Anderson. Marco Civil da Internet: avanço ou retrocesso? A responsabilidade civil por dano derivado do conteúdo gerado por terceiro in LUGA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II.** Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 287-288

³⁷ A rapidez com que as informações se disseminam na Internet permite que materiais com conteúdo ilícito ultrapassem barreiras nacionais em questão de segundos, podendo ser visualizado e compartilhado por milhares de pessoas ao redor do mundo. LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. A responsabilidade civil dos provedores de aplicação de Internet por conteúdo gerado por terceiro antes e depois do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/14). **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 110, p. 157, maio 2016. p. 3. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/115489>>. Acesso em: 26 mai. 2018. DOI: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v110i0p155-176>>.

mostrou-se essencial para a minimização e controle de violações decorrentes da divulgação de conteúdo ilícito.

Por fim, muito embora haja o dever de proteger o direito à liberdade de expressão na rede e impedir a censura prévia, também é preciso atender à imprescindibilidade de uma rápida atuação do provedor para garantir que os conteúdos postados na rede não acarretem danos irreparáveis à intimidade, honra, privacidade e imagem do usuário lesado.

Sob esse prisma, o entendimento pacificado pelo STJ e o procedimento por ele estabelecido também se mostraram acertados, uma vez que conseguiram sopesar os direitos fundamentais em questão nos casos concretos e evitar ao máximo a violação de qualquer um deles.

Além disso, a obrigatoriedade de retirada do conteúdo ofensivo da rede no prazo de 24 horas após a notificação extrajudicial permitia um rápido controle da lesão que estava sendo gerada ao usuário, resguardando ao máximo os direitos fundamentais da vítima do dano.

Para mais, a obrigatoriedade da análise em tempo hábil da denúncia feita, bem como eventual possibilidade de responsabilização civil do autor de falsas denúncias, também asseguravam o direito à liberdade de expressão e coibia censura.

Em suma, a tese da responsabilidade civil subjetiva com base na teoria da notificação e retirada extrajudicial apresentou diversos aspectos positivos e soluções bem elaboradas para a resolução dos problemas mais recorrentes que surgiam no judiciário brasileiro. Sua aplicação perdurou até 2014, ano em que entrou em vigor a Lei 12.965/2014, o Marco Civil da Internet.

Com o advento desta nova lei, houve mudanças significativas que alteraram substancialmente a forma de responsabilização civil dos provedores de aplicação de Internet, assunto este que será tratado no próximo capítulo.

2 O MARCO CIVIL DA INTERNET: CRIAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DA LEI 12.965/2014

2.1 Criação do Marco Civil da Internet

Para que se possa analisar o Marco Civil da Internet e as mudanças por ele trazidas ao direito brasileiro, faz-se necessário, primeiramente, entender em que contexto essa lei tão inovadora foi criada.

Como já exposto, antes do ano de 2014, no cenário jurídico brasileiro inexistia qualquer lei ou dispositivo que trouxesse positivado o tema de responsabilidade civil dos provedores de aplicação de internet. Graças à construção jurisprudencial e doutrinária, foi possível tutelar os crescentes casos de conflitos entre provedores e usuários que surgiam no Judiciário.

No começo dos anos 2000, o próspero desenvolvimento das tecnologias e da internet movimentaram a comunidade internacional em busca da elaboração de regulamentação para as relações jurídicas criadas a partir do uso dessas novas ferramentas de comunicação.

A Diretiva 2000/31/CE da União Europeia foi o primeiro marco no âmbito comunitário que definiu aspectos legais dos serviços da sociedade de informação entre os países europeus, como a responsabilidade dos prestadores intermediários de serviços no que diz respeito à transmissão de informações. O objetivo da Diretiva era garantir maior segurança jurídica e uniformização jurisprudencial entre os países da comunidade europeia para permitir o livre desenvolvimento dos serviços de informação.

(5) O desenvolvimento dos serviços da sociedade da informação na Comunidade é entravado por um certo número de obstáculos legais ao bom funcionamento do mercado interno, os quais, pela sua natureza, podem tornar menos atraente o exercício da liberdade de estabelecimento e a livre prestação de serviços. Esses obstáculos advêm da divergência das legislações, bem como da insegurança jurídica dos regimes nacionais aplicáveis a esses serviços. Na falta de

coordenação e de ajustamento das várias legislações nos domínios em causa, há obstáculos que podem ser justificados à luz da jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias. Existe insegurança jurídica quanto à extensão do controlo que cada Estado-Membro pode exercer sobre serviços provenientes de outro Estado-Membro. [...]

(40) As divergências actuais ou futuras, entre as legislações e jurisprudências nacionais no domínio da responsabilidade dos prestadores de serviços agindo na qualidade de intermediários, impedem o bom funcionamento do mercado interno, perturbando particularmente o desenvolvimento dos serviços transfronteiriços e produzindo distorções de concorrência. Os prestadores de serviços têm, em certos casos, o dever de agir a fim de evitar ou fazer cessar actividades ilícitas. A presente directiva deve constituir a base adequada para a criação de mecanismos rápidos e fiáveis para remover as informações ilícitas e impossibilitar o acesso a estas. Esses mecanismos poderão ser elaborados com base em acordos voluntários negociados entre todas as partes interessadas e deveriam ser encorajados pelos Estados-Membros. É do interesse de todas as partes que participam na prestação de serviços da sociedade da informação adoptar e aplicar esses mecanismos. As disposições da presente directiva relativas à responsabilidade não deveriam constituir obstáculo ao desenvolvimento e aplicação efectiva, pelas diferentes partes envolvidas, de sistemas técnicos de protecção e identificação, bem como de instrumentos de controlo técnico, que a tecnologia digital permite, dentro dos limites previstos pelas Directivas 95/46/CE e 97/66/CE *[sic]*³⁸.

Na época, a comunidade internacional caminhava na tentativa de estabelecer uma regulamentação com base no Direito Civil para tutelar as relações entre provedores e usuários.

Esse regulamento, de autoria do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, criou parâmetros normativos que impunham a isenção de responsabilidade de provedores de aplicações, exceptuando somente as hipóteses em que estes, após tomarem conhecimento efetivo da ilicitude, não procedessem com a remoção ou suspensão da informação danosa da rede³⁹.

³⁸ UNIÃO EUROPEIA. Directiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 08 de junho de 2000. Relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno («Directiva sobre comércio electrónico»). **Jornal Oficial das Comunidades Europeias** nº L 178 de 17 jul. 2000. p. 0001-0016. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32000L0031&from=PT>>. Acesso em 20 abr. 2018.

³⁹ A Directiva 2000/31/CE, em suas considerações iniciais, afirma que “a fim de beneficiar de uma delimitação de responsabilidade, o prestador de um serviço da sociedade da informação, que consista na armazenagem de informação, a partir do momento em que tenha conhecimento efetivo da ilicitude,

O artigo 14 da Diretiva é bem claro ao estabelecer a responsabilização civil subjetiva em caso de violações causadas por terceiros dentro dos endereços eletrônicos dos provedores de aplicações.

Artigo 14

1. Em caso de prestação de um serviço da sociedade da informação que consista no armazenamento de informações prestadas por um destinatário do serviço, os Estados-Membros velarão por que a responsabilidade do prestador do serviço não possa ser invocada no que respeita à informação armazenada a pedido de um destinatário do serviço, desde que:

a) O prestador não tenha conhecimento efectivo da actividade ou informação ilegal e, no que se refere a uma acção de indemnização por perdas e danos, não tenha conhecimento de factos ou de circunstâncias que evidenciam a actividade ou informação ilegal, ou

b) O prestador, a partir do momento em que tenha conhecimento da ilicitude, actue com diligência no sentido de retirar ou impossibilitar o acesso às informações.

2. O nº 1 não é aplicável nos casos em que o destinatário do serviço actue sob autoridade ou controlo do prestador.

3. O disposto no presente artigo não afecta a faculdade de um tribunal ou autoridade administrativa, de acordo com os sistemas legais dos Estados-Membros, exigir do prestador que previna ou ponha termo a uma infracção, nem afecta a faculdade de os Estados-Membros estabelecerem disposições para a remoção ou impossibilitação do acesso à informação *[sic]*⁴⁰.

O próprio entendimento jurisprudencial consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça seguia os moldes do pensamento internacional e aplicava a responsabilização civil subjetiva aos provedores de aplicações que descumprissem notificações extrajudiciais.

ou tenha sido alertado para esta, deve proceder com diligência no sentido de remover as informações ou impossibilitar o acesso a estas. A remoção ou impossibilitação de acesso têm de ser efetuadas respeitando o princípio da liberdade de expressão. A presente diretiva não afeta a possibilidade de os Estados-Membros fixarem requisitos específicos que tenham de ser cumpridos de forma expedita, previamente à remoção ou à impossibilitação de acesso à informação". Fonte: UNIÃO EUROPEIA, loc. cit.

⁴⁰ UNIÃO EUROPEIA. Directiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 08 de junho de 2000. Relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno («Directiva sobre comércio electrónico»). **Jornal Oficial das Comunidades Europeias** nº L 178 de 17 jul. 2000. p. 0001-0016. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32000L0031&from=PT>>. Acesso em 20 abr. 2018.

Entretanto, em sentido contrário ao cenário mundial, o primeiro projeto de lei que surgiu no cenário jurídico brasileiro foi o PL 84/1999, aprovado anos depois como a Lei de Crimes Cibernéticos (Lei nº 12.737/2012). O projeto buscava fazer uma regulamentação digital puramente penal e não civilista, indo contra a onda de regulamentação civil de todos os países europeus⁴¹.

Somente no ano de 2009, o projeto Marco Civil da Internet começou a ser pensado. O projeto foi construído de forma conjunta entre a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e a Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. Para isso, foram abertos canais de modo a permitir consultas públicas, debates e outras contribuições, o que resultou na construção colaborativa da primeira minuta do anteprojeto do Marco Civil da Internet⁴².

Essa primeira minuta posicionou-se de maneira idêntica ao entendimento jurisprudencial cimentado à época pelo Superior Tribunal de Justiça. Em seu artigo 20, o anteprojeto fixava que somente haveria responsabilização do provedor de aplicações em razão de danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros caso, após notificado pelo ofendido, o provedor não tomasse as providências necessárias para “no âmbito do seu serviço e dentro de prazo razoável” remover ou suspender o conteúdo impróprio⁴³.

Todavia, a minuta inicial do Marco Civil sofreu diversas alterações até ser efetivamente apresentada ao Legislativo. Somente em 24 de agosto de 2011, foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2.126/2011, que futuramente viria a se tornar a Lei nº 12.965/2014, mais conhecida como Marco Civil da Internet.

Diferentemente da minuta inicial, o texto do projeto adotava como regra a responsabilização civil subjetiva somente em caso de descumprimento de ordem judicial específica, sem sequer estabelecer qualquer exceção a esta regra geral, o

⁴¹ LEMOS, Ronaldo. **Internet brasileira precisa de marco regulatório civil**. Disponível em: <<https://tecnologia.uol.com.br/ultnot/2007/05/22/ult4213u98.jhtm>>. Acesso em 20 abr. 2018.

⁴² OBSERVATÓRIO DO MARCO CIVIL DA INTERNET. **Histórico do Marco Civil: 8 de Abril, 2010 – 30 de Maio, 2010**. Disponível em: <<http://www.omci.org.br/historico-do-marco-civil/timeline/#4>>. Acesso em 20 abr. 2018.

⁴³ SECRETARIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Minuta de Anteprojeto de Lei para Debate Colaborativo**. Estabelece o Marco Civil da Internet. Disponível em: <<http://culturadigital.br/marcocivil/files/2010/04/MINUTA-DE-ANTEPROJETO-DE-MARCO-CIVIL-DA-INTERNET-PARA-DEBATE-COLABORATIVO.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2018.

que representou a derrota do sistema de notificação e retirada até então acolhido pelos tribunais⁴⁴.

Durante sua tramitação, o projeto sofreu diversas alterações. Para o presente estudo, as modificações mais relevantes foram as emenda nº 54 e 62, assinadas pelo Deputado Mendonça Filho e pela Deputada Jandira Feghali, respectivamente. Estas emendas alteraram o texto do projeto, acrescentando exceções à responsabilidade civil subjetiva dos provedores por descumprimento de ordem judicial.

A emenda nº 54 foi uma emenda substitutiva global ao projeto de lei e definiu que a responsabilização por violações a direitos do autor e direitos conexos ficaria a cargo de previsão legal específica a ser criada. Portanto, qualquer relação jurídica estabelecida com base no Direito Autoral não seria regulamentada pelo Marco Civil da Internet.

Manteve-se, assim, a aplicação do sistema de notificação e retirada adotado pelo STJ para tutelar direitos do autor, aguardando futura movimentação do Poder Legislativo para criação de lei específica que regulamentasse o assunto⁴⁵.

A segunda mudança, feita pela emenda nº 62, foi a reinclusão do sistema de notificação e retirada, anteriormente aplicado pelo Judiciário brasileiro, para casos de violação da intimidade de terceiros em decorrência da divulgação não autorizada de imagens, vídeos ou outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado.

Destarte, o provedor de aplicação ficaria obrigado a promover a remoção do conteúdo violador após ser notificado pela vítima ou seu representante legal, sob pena de ser responsabilizado subsidiariamente pela violação causada.

Sobre o objeto da proteção jurídica, importa reiterar que a previsão visa a proteger a intimidade da pessoa retratada, e que não gostaria de ter material íntimo divulgado sem o seu consentimento. A pretensão é incluir no ordenamento jurídico uma resposta rápida e

⁴⁴ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 2126/2011. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=912989&filename=Tramita cao-PL+2126/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=912989&filename=Tramita%20cao-PL+2126/2011)>. Acesso em 22 abr. 2018.

⁴⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Emenda Substitutiva Global nº 54 ao Projeto de Lei nº 2.126 de 2011**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1238635&filename=EMP+54/2014+%3D%3E+PL+2126/2011>. Acesso em 27 abr. 2018.

efetiva a essas situações, por meio da responsabilização do provedor que, conquanto não tenha agido diretamente para divulgação do material, ao manter disponível o conteúdo mesmo após a notificação, prolongue o sofrimento da pessoa que se sinta prejudicada pela violação de sua intimidade. Todavia, com a alteração proposta, a redação toma o cuidado de diminuir a possibilidade de abuso desse procedimento, ao limitar a previsão aos casos de violação de intimidade, de forma a compatibilizar a proteção da intimidade e a garantia da liberdade de expressão⁴⁶.

O projeto do Marco Civil da Internet tramitava com apoio de organizações nacionais e internacionais de grande relevância no campo da internet e das tecnologias, como a *World Wide Web* (WWW)⁴⁷ e o Comitê de Gestão da Internet no Brasil (CGI.br)⁴⁸, que apoiavam a minuta do projeto e pressionavam sua aprovação⁴⁹.

A pressão para a rápida aprovação do Marco Civil da Internet se intensificou após vir a público denúncias de espionagem por parte da *National Security Agency*⁵⁰. O episódio motivou o pedido de agilidade ao Congresso Nacional para a votação do projeto de lei⁵¹.

Em razão disso, em 12 de setembro de 2013, foi recebida no Plenário a Mensagem de Solicitação de Urgência MSC 391/2013⁵², requerendo que fosse atribuído o regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.126/2011.

⁴⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Emenda Modificativa de Plenário nº 62 ao Projeto de Lei nº 2.126 de 2011**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1238648&filename=EMP+62/2014+%3D%3E+PL+2126/2011>. Acesso em 27 abr. 2018.

⁴⁷ MATURANA, Márcio. **Aos 20 anos da web, Brasil discute marco legal**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/05/28/aos-20-anos-da-web-brasil-discute-marco-legal>>. Acesso em 20 abr. 2018.

⁴⁸ COMITÊ DE GESTÃO DA INTERNET NO BRASIL. **Resolução CGI.br/RES/2012/010/P**. Disponível em: <<http://www.cgi.br/resolucoes/documento/2012/010>>. Acesso em 19 abr. 2018.

⁴⁹ OBSERVATÓRIO DO MARCO CIVIL DA INTERNET. **Histórico do Marco Civil: 20 de Julho, 2012 e 28 de Abril, 2013**. Disponível em: <<http://www.omci.org.br/historico-do-marco-civil/timeline/#9>> e <<http://www.omci.org.br/historico-do-marco-civil/timeline/#10>>. Acesso em 20 abr. 2018.

⁵⁰ Em português, Agência de Segurança Nacional (NSA). É órgão interno de segurança nacional norte-americana.

⁵¹ AQUINO, Yara. **Após denúncias de espionagem, governo pedirá agilidade na votação do Marco Civil da Internet**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/07/apos-denuncias-de-espionagem-governo-pedir-a-agilidade-na-votacao-do>>. Acesso em 21 abr. 2018.

⁵² BRASIL. Poder Executivo. **Mensagem de Solicitação de Urgência nº 391/2013**. Solicita que seja atribuído o regime de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 2126/2011. Disponível em:

Finalmente, em 23 de abril de 2014, o Marco Civil da Internet foi sancionado pela então Presidenta Dilma Rousseff como Lei Ordinária nº 12.965/2014. Esta produção legislativa representou um marco no direito brasileiro, sendo usado como referência no cenário internacional⁵³.

2.2 A modificação na forma de responsabilização dos provedores de aplicações de internet

Como já exaustivamente exposto, o Marco Civil da Internet trouxe diversas mudanças para o cenário jurídico brasileiro. O presente estudo examina de forma mais detalhada a alteração de entendimento no que tange à possibilidade de responsabilização civil dos provedores de aplicação.

Com o advento da nova lei, a tese jurisprudencial adotada até então pelo Superior Tribunal de Justiça foi revogada. O artigo 19 da Lei nº 12.965/2014 dispôs como regra geral a responsabilização civil do provedor de aplicação somente na hipótese de descumprimento de ordem judicial que exija a retirada do conteúdo ofensivo da rede.

A nova regulamentação impôs, portanto, a necessidade de notificação judicial para que se fosse configurada a real obrigação de agir por parte do provedor, ficando o mesmo desobrigado do cumprimento de notificações extrajudiciais enviadas por usuários que se sentissem lesados.

No entanto, conforme evidenciado anteriormente, o marco legislativo apresentou duas exceções à regra geral imposta. A primeira ressalva legal faz referência às violações a Direitos Autorais e direitos conexos, hipóteses em que não

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=591789>>. Acesso em 20 abr. 2018.

⁵³ OBSERVATÓRIO DO MARCO CIVIL DA INTERNET. **Histórico do Marco Civil: 28 de Outubro, 2014 e 27 de Julho, 2015**. Disponível em: <<http://www.omci.org.br/historico-do-marco-civil/timeline/#30>> e <<http://www.omci.org.br/historico-do-marco-civil/timeline/#42>>. Acesso em 20 abr. 2018.

se aplica a regra do artigo 19 da lei supracitada, uma vez que não serão tuteladas pelo Marco Civil da Internet⁵⁴.

Para mais, a nova legislação também prevê como exceção a possibilidade de responsabilização de provedores de aplicações que descumprirem notificações extrajudiciais referentes a pedidos de remoção de materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado que tenham sido divulgados sem prévia autorização de seus participantes⁵⁵.

Houve, portanto, uma reforma completa no que tange à aplicação do instituto da responsabilidade civil no contexto das relações jurídicas entre provedores de aplicações e usuários. O sistema de notificação e retirada, até então adotado pacificamente na conjuntura judiciária brasileira, deixou de ser a regra geral para resolução de conflitos e tornou-se aplicável somente como exceção, em casos específicos que tratassem de materiais que violassem a intimidade sexual do ofendido e direitos autorais.

Em um primeiro momento, cabe buscar entender o motivo do legislador ao alterar a forma como os provedores de aplicação vinham sendo responsabilizados.

Muito embora o Poder Judiciário tivesse estabelecido parâmetros para resolução dos conflitos surgidos dentro da rede, em razão do grande progresso do espaço cibernético e de todos os benefícios trazidos pelas novas tecnologias de comunicação online, surgiu a necessidade de tutelar os direitos e deveres tanto dos provedores quanto dos usuários por meio de uma legislação positivada construída com fundamento em estudos e pesquisas sobre o tema.

O objetivo era não só a tutela de direitos e garantias entre as partes dessa relação jurídica, como também a proteção e viabilização do desenvolvimento da internet como ferramenta de troca de informações.

A derrota do modelo de notificação e retirada deu-se, em grande parte, em razão da tentativa de garantir a livre manifestação, coibir qualquer tipo de censura e permitir que a internet fosse um espaço de liberdade e desenvolvimento da comunicação.

⁵⁴ Cf. artigos 19, §2º e 31 da Lei Ordinária nº 12.965/2014.

⁵⁵ Cf. artigo 21 da Lei Ordinária nº 12.965/2014.

Em razão disso, ao instituir a necessidade de ordem judicial para retirada de conteúdos ofensivos, o Legislador buscou afastar dos provedores o ônus de cumprir o papel de julgador na análise de pedidos de remoção de materiais de suas plataformas, bem como permitiu aos provedores a possibilidade de não prosseguir com todos os requerimentos de exclusão de conteúdo, eximindo-se também da responsabilização em caso de omissão.

De um modo geral, o benefício trazido por essa mudança incidiu sobre dois aspectos importantes. Primeiramente, refletiu uma maior comodidade para os provedores de aplicações, por não se responsabilizarem por conteúdos gerados por terceiros e nem serem obrigados a emitir juízo de valor acerca de materiais postados em seus sites.

Em segundo lugar, como consequência do primeiro benefício, ao garantir que a apreciação da suposta violação fosse submetida ao Poder Público, houve maior proteção à liberdade de expressão, com a inibição dos casos de censura ilegal.

Isso porque o sistema de responsabilização civil anterior à Lei nº 12.965/2014 estimulava a atuação do provedor que, para não ser responsabilizado, buscava sempre promover a suspensão do conteúdo supostamente danoso.

Tal cenário apresentava graves violações ao direito à livre manifestação dos usuários e facilitava abuso de direito por parte dos denunciante, que poderiam requerer a remoção de materiais em razão de simples divergências de opiniões ou puro preconceito ao conteúdo denunciado.

Assim, o Legislador devolveu ao Poder Judiciário a função de análise dos conteúdos alegadamente ofensivos, para que o juízo de valor sobre eles fosse feito por um juiz natural imparcial dentro de uma esfera da organização pública, de modo a preservar os direitos e deveres de todas as partes envolvidas. Desta forma, seriam evitados os casos de abuso e censura ilegal, resguardando a livre expressão e a defesa do ambiente democrático na internet.

Foi prevista, ainda, a ressalva quanto a violações referentes à intimidade sexual, em razão da grave vulnerabilidade da vítima exposta e também em

decorrência do momento histórico⁵⁶ que se vivia de proliferação do chamado *revenge porn*⁵⁷, termo usado para se referir aos casos de “divulgação e compartilhamento, apenas entre determinados dispositivos eletrônicos ou por toda a internet, de fotos ou vídeos íntimos, normalmente de ex-parceiros, o que é feito sem consentimento⁵⁸”.

Ao dispensar a ordem judicial para obrigar o provedor a proceder com a remoção deste tipo de conteúdo, o Marco Civil da Internet forçou os provedores de internet a uma rápida atuação e resposta na contenção do dano que estava sendo causado e na prevenção da disseminação do material de cunho sexual pela rede.

Esta agilidade na intervenção do provedor de aplicações é essencial, haja vista que, com a velocidade dos compartilhamentos online e a instantaneidade da internet, a demora em agir torna impossível a retirada integral do material e/ou o controle do dano. Portanto, quanto mais ágeis forem as medidas para a solução do problema, maior será o êxito na proteção dos direitos em questão.

Contudo, o Legislador foi claro ao estabelecer que, para eventual responsabilização do provedor de aplicações, a notificação extrajudicial deveria ser feita necessariamente pela real vítima, ou seja, aquela que aparecesse exposta no material divulgado e tivesse sua própria intimidade sexual violada, ou seu representante legal.

A emenda nº 62 ao projeto da atual Lei Ordinária nº 12.965/2014, já mencionada anteriormente neste estudo, alterou o artigo 21 da referida lei e impôs a

⁵⁶ Entre os anos de 2012 e 2014 houve um grave aumento do número de denúncias em razão da divulgação de pornografia de vingança, o que sem dúvidas incentivou o legislador a inserir no texto do Marco Civil da Internet a exceção prevista no artigo 21 da referida lei. Fonte: HUFFPOST BRASIL. **Mais de 200 casos de “sexting” foram denunciados no Brasil em 2014 (PESQUISA)**. Disponível em:

<https://www.huffpostbrasil.com/2015/05/19/mais-de-200-casos-de-sexting-foram-denunciados-no-brasil-em-20_a_21680559/>. Acesso em 10 abr. 2018; e IDGNOW. **Denúncias de revenge porn quadruplicam no Brasil em 2 anos**. Disponível em: <<http://idgnow.com.br/internet/2015/07/06/denuncias-de-revenge-porn-quadruplicam-no-brasil-em-2-anos/>>. Acesso em 11 abr. 2018.

⁵⁷ Termo traduzido para o português como “pornografia de vingança”.

⁵⁸ ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. Responsabilidade civil dos provedores de internet e a proteção da imagem. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**. Brasília, v. 29, n. 7/8, p. 53-68, julho/agosto de 2017, p. 66. ISSN 0103-703-X. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/114443/responsabilidade_civil_provedores_zanini.pdf>. Acesso em 10 abr. 2018.

mudança do termo “ofendido” para “participante” na parte em que se refere à legitimidade para envio de notificação extrajudicial que vincule o provedor de aplicações⁵⁹.

O intuito da modificação era restringir a possibilidade de responsabilização do provedor à hipótese de ter sido descumprida notificação extrajudicial enviada pelo participante que estivesse efetivamente exposto no material divulgado ou seu representante legal.

Portanto, caso um terceiro requeira ao site a remoção deste tipo de conteúdo e não obtenha resposta, o participante lesado não conseguirá, posteriormente, em eventual ação no Judiciário, responsabilizar o provedor de aplicações, ainda que toda a sua intimidade sexual tenha sido exposta na internet em razão de omissão do provedor ao ignorar pedido de terceiro que o tenha notificado sobre a situação de violação de direitos constitucionalmente previstos.

A emenda tem o intuito de evitar interpretações dúbias em relação à última redação proposta pelo relator, especificamente sobre a legitimidade para a notificação e o objeto da proteção jurídica.

Sobre a legitimidade, mostra-se mais adequado que o dispositivo se refira a “participante” em vez de usar o termo “ofendido”, deixando claro quem poderá, sem a necessidade de ordem judicial, encaminhar a notificação sobre cenas de nudez ou os atos sexuais de caráter privado. Com a alteração, ficará expresso que apenas a própria pessoa participante poderá optar por fazer a notificação sem a necessidade ou com o auxílio de um advogado⁶⁰.

⁵⁹ O texto do projeto de lei anterior à emenda dispunha que “o provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros poderá ser responsabilizado subsidiariamente pela divulgação de imagens, vídeos ou outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado sem autorização de seus participantes quando, após o recebimento de notificação pelo *ofendido* ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo”. Após a emenda nº 62, que foi aprovada e vigora atualmente como o artigo 21 da Lei Ordinária 12.965/2014, o texto passou a dispor que “o provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo *participante* ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo”.

⁶⁰ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Emenda Modificativa de Plenário nº 62 ao Projeto de Lei nº 2.126 de 2011**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1238648&filename=EMP+62/2014+%3D%3E+PL+2126/2011>. Acesso em 27 abr. 2018.

Por fim, relativamente à ressalva prevista pelo Legislador nos artigos 19, § 2º e 31 da mencionada lei, que retira do âmbito de aplicação do Marco Civil da Internet as infrações a direitos do autor e direitos conexos, deve-se colocar em pauta a discussão acerca do forte lobby exercido pelas operadoras de telecomunicações⁶¹.

Segundo Guilherme Varella, advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), houve grande pressão feita pela indústria de exploração dos direitos autorais para não incluir no Marco Civil da Internet a responsabilização referente às infrações a direitos autorais e conexos. O objetivo dos interessados era garantir que o sistema de notificação e retirada, que foi excluído da regra geral da supracitada lei, continuasse a ser aplicado para violações a direitos do autor⁶².

Como se pode verificar, houve uma completa remodelação das soluções apresentadas às lides pelo Judiciário, trazendo um novo padrão para a responsabilização civil dos provedores de aplicações de internet. Todavia, resta analisar quais foram as reais consequências dessas inovações no cenário jurídico do país.

2.3 Críticas ao Marco Civil da Internet

Após a mudança legislativa no ano de 2014 e a derrota do sistema de notificação e retirada até então adotado, os tribunais brasileiros passaram a aplicar as regras dos artigos 19 e 21 do Marco Civil da Internet para os casos de violações causadas por terceiros na rede.

Todavia, a tentativa de consolidar de vez as inovações apresentadas pela nova lei sobre a aplicação do instituto da responsabilidade civil não surtiu o efeito esperado, gerando debates, críticas e novas interpretações sobre o texto legal.

⁶¹ BARBOSA, Marco A. Marco Civil da Internet: Mercado e Estado de Vigilância in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II**. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 236-238s.

⁶² VARELLA, Guilherme. **Marco Civil da Internet: entre o lobby e a liberdade**. Disponível em: <<https://www.idec.org.br/em-acao/artigo/marco-civil-da-internet-entre-o-lobby-e-a-liberdade>>. Acesso em 27 abr. 2018.

A mudança trazida pela nova legislação é alvo de muitas críticas justamente por impor que os usuários vítimas de ofensas na internet sejam obrigados a recorrer ao Poder Judiciário para terem seus direitos satisfeitos, o que, “além de custoso, requer tempo incompatível com a rápida difusão do conteúdo ofensivo pelo mundo virtual”⁶³.

Esta exigência de ordem judicial para obrigar o provedor de aplicações a agir faz com que o procedimento de retirada do conteúdo denunciado seja extremamente demorado. O provedor, em razão da previsão legal, pode perfeitamente negar-se a agir senão diante de ordem judicial.

Como resultado da explícita permissão de inércia ao provedor, na maioria dos casos, tem-se a ampliação do dano causado à vítima, uma vez que, quanto maior o tempo em que o conteúdo permanecer disponível, maior a possibilidade de compartilhamento e disseminação do material ofensivo.

Acerca disso, Marcelo Thompson faz um relato certo a respeito das dificuldades procedimentais trazidas pela nova lei:

Mas entre achar um advogado, negociar seus honorários, descobrir quem de fato é o provedor e onde está estabelecido, ter uma petição redigida, ajuizada, obter uma ordem judicial, enviar uma carta precatória para São Paulo ou uma carta rogatória para Londres para fazer cumprir a ordem, notificar o réu e este, dentro de período razoável, tornar o conteúdo indisponível, o conteúdo já foi reproduzido por um, por outro, por centenas de sites na internet⁶⁴.

Com a mesma opinião, também se manifestou Anderson Schreiber ao criticar o fato de que o recurso ao Judiciário se tornou condição obrigatória para a reparação dos danos causados à vítima e a satisfação de seus direitos:

Em vez de disciplinar o *notice and takedown*, instituindo garantias recíprocas e assegurando a eficiência do seu funcionamento, a Lei 12.965, de 23 de abril de 2014 – conhecida como Marco Civil da Internet –, estabeleceu um mecanismo extremamente engessado,

⁶³ SCHREIBER, Anderson. Marco Civil da Internet: avanço ou retrocesso? A responsabilidade civil por dano derivado do conteúdo gerado por terceiro in LUGA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II**. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 287-288.

⁶⁴ THOMPSON, Marcelo. Marco civil ou demarcação de direitos? Democracia, razoabilidade e as fendas na internet do Brasil. **Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro**, v. 261, p. 213-214, set. 2012. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8856>>. Acesso em: 09 out. 2017. DOI: <<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v261.2012.8856>>.

que cria uma proteção intensa para as sociedades empresárias que exploram redes sociais e reduz o grau de proteção que já vinha sendo fixado pela jurisprudência brasileira para os usuários da internet. [...] Pior: na dicção literal do art. 19, o descumprimento de ordem judicial passa a ser condição necessária para a responsabilização dos provedores. Nesse contexto, a propositura de ação judicial deixa de ser mero instrumento de proteção dos direitos da vítima e de obtenção da reparação para se tornar uma condição *sine qua non* da responsabilidade civil⁶⁵.

Destarte, uma das principais críticas à nova legislação está centrada no fato de o texto legal submeter questões relacionadas às atividades dentro da internet – um espaço dinâmico, em que as informações são processadas e disseminadas de forma extremamente rápida, atingindo um grupo incontável de usuários ao redor do globo em questão de segundos – ao Poder Judiciário, que tem como características principais a morosidade, ineficiência e burocracia.

Em uma realidade cada vez mais consciente do abarrotamento do Poder Judiciário, a Lei 12.965 toma a contramão de todas as tendências e transforma a judicialização do conflito em medida necessária à tutela dos direitos da vítima no ambiente virtual, ambiente no qual, pela sua própria celeridade e dinamismo, os remédios judiciais tendem a ser menos eficientes e, portanto, mais criticados⁶⁶.

Outra crítica apontada por Cláudio Luiz Bueno de Godoy, referente ao disposto no artigo 21 da lei em comento, diz respeito à responsabilização subsidiária em caso de descumprimento de notificação extrajudicial prevista nos casos excepcionais de violação à intimidade sexual.

Conforme apontado pelo autor, a responsabilidade do provedor de aplicações positivada no artigo 21 é subsidiária à responsabilidade do real autor do fato danoso, o que confronta a previsão de responsabilização solidária prevista no artigo 942 do Código Civil brasileiro e no artigo 7º do Código de Defesa do Consumidor.

Ora, nesta passagem, a lei especial contraria, em primeiro lugar, preceito comum e histórico, no Código Civil brasileiro, de

⁶⁵ SCHREIBER, Anderson. Marco Civil da Internet: avanço ou retrocesso? A responsabilidade civil por dano derivado do conteúdo gerado por terceiro in LUCÇA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II**. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 287-288.

⁶⁶ Ibidem, p. 291.

responsabilidade solidária em caso de ilícitos extracontratuais. É o que, no atual CC, se contém no artigo 942 e que já estava no artigo 1.518 do CC/16. Depois, contraria-se ainda a responsabilidade solidária que se impôs, no CDC (art. 7º), para mais ampla tutela do consumidor, aí incluído aquele que assim considerado por equiparação, justamente o terceiro vítima (bystander) de acidente de consumo, portanto de fato de serviço, de falha da segurança razoavelmente esperada⁶⁷.

Para mais, a matéria disciplinada pelo Marco Civil também vem sendo alvo de novas interpretações dentro dos tribunais que destoam da ideia inicial do Legislador.

A decisão da 5ª Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no julgamento de uma apelação, condenou o provedor de hospedagem Facebook ao pagamento de danos morais em razão do descumprimento de notificação extrajudicial da autora da demanda que solicitava a exclusão de falsos perfis que faziam uso indevido de seu nome e imagem cadastrados nesta rede social.

Como se vê, o dispositivo legal em vigor desde 2014 é claro ao apontar o motivo pelo qual foi inserido na legislação civil, qual seja, assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura. O mesmo dispõe que a empresa Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. só seria civilmente responsabilizada por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se não cumprisse comando judicial, o que ocorreu prontamente, no caso em análise [...].

Logo, verifica-se que a situação em análise, que gira em torno da criação de falsos perfis, os quais portavam-se como se a autora fossem – ao utilizar sua imagem, nome e sobrenome – é facilmente diferenciável dos casos em que um usuário realiza publicações reprováveis em seu perfil, em um grupo ou contra outro usuário, pois nessas situações, em que se mostra necessário um juízo de valor acerca do conteúdo publicado, a liberdade de manifestação e a vedação à censura estará garantida submetendo-a à análise ao Poder Judiciário [...].

Como dito, a situação em análise claramente diferencia-se dos casos em que há necessidade um juízo de valor pelo Poder Judiciário acerca do conteúdo publicado em rede social, a fim de garantir a liberdade de manifestação e a vedação à censura [...].

Assim, embora não tenha ocorrido pretensão resistida no âmbito judicial, percebe-se que a empresa omitiu-se, deixando de atender as

⁶⁷ GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. Uma análise crítica da responsabilidade civil dos provedores na Lei nº 12.965/14 in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II.** Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 315.

solicitações preliminares da autora, as quais evitariam a propositura da presente demanda e teriam o condão de cessar de forma eficaz a ofensa aos direitos da personalidade da autora, que sequer havia completado a maioridade civil à época dos fatos.

Logo, a sentença merece ser reformada no ponto, para julgar procedente o pleito de indenização por danos morais formulado contra Facebook Serviços Online do Brasil Ltda⁶⁸.

Pelo que se depreende da decisão, o artigo 19 do Marco Civil foi interpretado de modo que a previsão de responsabilização somente após descumprimento de ordem judicial seja aplicada apenas aos casos que tratem de possível violação à liberdade de expressão e censura.

Isso porque o acórdão em questão afirma que a regra geral do artigo 19 se aplica exclusivamente quando houver a necessidade de se fazer um juízo de valor sobre o conteúdo analisado.

Esse juízo de valor deverá ser feito pelo Judiciário, de modo a evitar a censura na rede por parte de falsas denúncias e eventual posicionamento parcial e injusto de algum provedor de aplicação responsável pela análise e valoração sobre o material denunciado.

Por outro lado, a decisão informa que, nos casos em que há notificação extrajudicial expressa com pedido para remoção de materiais cujo conteúdo não requer qualquer juízo de valor, a omissão do provedor de aplicações poderá sim gerar a responsabilização civil do mesmo.

Segundo os fundamentos da decisão e conforme exposto no trecho acima transcrito, nas hipóteses em que há clara violação de direitos e em que não há necessidade de juízo de valor, inexistente possibilidade de censura ou receio de violação à liberdade de expressão.

⁶⁸ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina - TJSC. Acórdão em Apelação Cível. Processo nº 0301825-09.2015.8.24.0139. Relator: Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves. 5ª Câmara de Direito Civil do TJSC. Santa Catarina, 20 jun. 2017. Diário de Justiça Eletrônico do TJSC, 07 jul. 2017. Disponível em: <<https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/abrirDocumentoEdt.do?origemDocumento=M&nuProcesso=0301825-09.2015.8.24.0139&cdProcesso=P00011ZW80000&cdForo=900&tpOrigem=2&flOrigem=S&nmAlias=SG5TJ&cdServico=190201&ticket=xJRfOZH4jBe81O5BKb2inQ9gDKFQY%2BpwmKx1esiGteue5Ojj%2BqzkkcFl6joCUrQOcX4yLtfiB5a2f0A%2FegG%2BaGeajKUpAor3L0cCehwJB2GcQmJRliK%2FaPKin7LyKsjST1iffvDrp9cRQI1WI9dphxc8FESnWMRKYLMvcKeR1GjGK8lfo954AnsvYDklOoh%2F%2FMQ5npN6hSdLb5%2BA%2FXPgUXbFpNAf6rAs3owSI52sTsXzibYg5%2F9DunNZ2RK12Nh4>>. Acesso em 18 abr. 2018.

Essa nova interpretação do Tribunal de Justiça abriu um precedente que, sem sombra de dúvidas, fortalecerá a corrente de juristas e doutrinadores que defendem o sistema de notificação e retirada para resolução de conflitos entre usuários e provedores.

Por fim, imprescindível apontar a denúncia de inconstitucionalidade presente no artigo 19 da lei em comento, posto que estabeleça condição que limita a responsabilidade civil por violação a direitos constitucionais de intimidade, vida privada, honra e imagem, confrontando diretamente a previsão do artigo 5º, X da Constituição da República.

A criação, por lei ordinária, de condicionantes ou limites à responsabilidade civil por violação a esses direitos afigura-se inconstitucional, na medida em que restringiriam uma tutela que o Constituinte quis plena e integral, a ponto de enuncia-la sem qualquer menção à atuação ulterior do legislador. [...] O contra-argumento de que a condicionante se aplica apenas às empresas proprietárias de sites e redes sociais, conservando a vítima o direito de pleitear reparação perante o terceiro que divulga inicialmente o conteúdo, é quase ficcional, na medida em que, como já destacado, a própria identificação do terceiro depende da atuação das referidas empresas e, mesmo quando ocorre a identificação, a chance de obtenção de reparação não apenas é reduzida por circunstâncias recorrentes no ambiente virtual (ausência de identificação da localização do indivíduo, insuficiência patrimonial do usuário etc.), mas também acaba se limitando a indenizações em dinheiro, quando aquelas empresas contam com meios técnicos bem mais eficazes para evitar a propagação do dano⁶⁹.

Esta inconstitucionalidade apontada está, inclusive, sendo alvo de análise pelo Supremo Tribunal Federal em regime de repercussão geral no Recurso Extraordinário nº 1.037.396, de relatoria do Ministro Dias Toffoli⁷⁰.

⁶⁹ SCHREIBER, Anderson. Marco Civil da Internet: avanço ou retrocesso? A responsabilidade civil por dano derivado do conteúdo gerado por terceiro in LUGCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II**. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 293.

⁷⁰ “Não fosse o suficiente, o debate atinente aos deveres e à responsabilidade legal dos provedores de aplicações de internet por atos ilícitos praticados por terceiros à luz da Lei nº 12.965/2014 poderá embasar a propositura de milhares e milhares de ações em todo o país. A par do impacto sobre o Judiciário, há de se considerar também o impacto financeiro sobre as empresas provedoras de aplicações de internet, o que pode, em última instância, reverberar na atividade econômica como um todo. A par disso, a discussão em pauta resvala em uma série de princípios constitucionalmente protegidos, contrapondo a dignidade da pessoa humana e a proteção aos direitos da personalidade à liberdade de expressão, à livre manifestação do pensamento, ao livre acesso à informação e à reserva de jurisdição. Dada a magnitude dos valores envolvidos, afigura-se essencial que o Supremo Tribunal

Neste recurso, interposto pela sociedade empresária Facebook, analisa-se a constitucionalidade do artigo 19 da Lei nº 12.965/2014 e objetiva-se modificar a decisão que condenou a recorrente ao pagamento de indenização por danos morais em razão da inércia em atender às solicitações extrajudiciais da recorrida para exclusão de perfil falso com seus dados da rede, o que confronta diretamente o disposto no artigo supracitado.

Ainda, segundo Guilherme Martins, o legislador do Marco Civil da Internet preocupou-se exclusivamente com a proteção dos direitos das grandes empresas, com foco no interesse da indústria cultural, deixando de lado o real interesse público e a preservação das conquistas de direitos fundamentais alcançadas pela sociedade atual. Para o jurista, o artigo 19 “parece contradizer um dos fundamentos da própria lei, que é a defesa do consumidor, prevista no artigo 2º, V [da Lei nº 12.965/2014]”⁷¹.

Na mesma linha, Schreiber aponta a inversão axiológica presente no mesmo artigo 19 da lei, visto que tal dispositivo simplifica o mecanismo de proteção aos direitos autorais, permitindo a notificação do provedor de aplicação por qualquer meio em caso de violação a direitos do autor, porém dificulta a defesa dos direitos fundamentais constitucionalmente previstos, tornando a ordem judicial requisito necessário para responsabilização civil⁷².

Também destaca o autor a violação ao Princípio da Vedação do Retrocesso, haja vista que, ao determinar que a tutela de direitos fundamentais seja condicionada à ordem judicial, houve retrocesso em relação ao grau de proteção assegurado anteriormente pelo entendimento jurisprudencial brasileiro que aplicava o sistema de notificação e retirada⁷³.

Federal, realizando a necessária ponderação, posicione-se sobre o assunto”. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão no Recurso Extraordinário nº 1.037.396 – SP. Recorrente: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. Recorrida: Lourdes Pavioto Correa. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 02 mar. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico do STF**, 04 abr. 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5160549>>. Acesso em 18 mai. 2018.

⁷¹ MARTINS, Guilherme Magalhães. **Inconstitucionalidade do Marco da Internet**. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed799_inconstitucionalidade_do_marco_da_internet/>. Acesso em 10 abr. 2018.

⁷² SCHREIBER, Anderson. Marco Civil da Internet: avanço ou retrocesso? A responsabilidade civil por dano derivado do conteúdo gerado por terceiro in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II**. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 295.

⁷³ Ibidem, p. 294.

Em suma, muito embora a Lei nº 12.965/2014 tenha representado um marco histórico para o direito digital e a regulamentação civil brasileira, esta inovação legislativa também é alvo de grande desaprovação por parte da doutrina, existindo até mesmo novas interpretações da letra da lei pelo Judiciário do país.

Dando continuidade ao presente estudo, caberá agora analisar as razões que fazem do sistema de notificação e retirada a melhor solução para sanar os problemas apontadas no presente capítulo.

3 A PREDILEÇÃO PELO SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO E RETIRADA EM DETRIMENTO DO MODELO ADOTADO PELO MARCO CIVIL DA INTERNET

As alterações trazidas pelo Marco Civil da Internet ao regime de responsabilização civil dos provedores de aplicações por danos derivados de conteúdo gerado por terceiros em suas plataformas tiveram como consequências manifestações críticas de diversos juristas, membros do Poder Judiciário e até mesmo do Poder Legislativo.

Tais manifestações questionam o sistema adotado pela Lei nº 12.965/2014, a burocratização e encarecimento do procedimento para retirada de materiais ofensivos da rede e a forma como a nova lei buscou proteger direitos constitucionalmente previstos.

A exemplo disso, como já abordando no capítulo anterior, atualmente é possível encontrar decisões no Poder Judiciário que relativizam a aplicação do artigo 19 do Marco Civil da Internet.

Resta agora analisar as demais posições adotadas no ordenamento jurídico brasileiro e internacional.

3.1 Autores que defendem o sistema de notificação e retirada

O primeiro autor a ser mencionado que contesta a nova sistemática imposta pelo Marco Civil da Internet é Claudio Luiz Bueno de Godoy.

Pelo que se depreende de suas análises, a mudança trazida pela nova lei gerou ônus excessivo à vítima ao impor a necessidade de recorrer ao Judiciário para ter seu direito tutelado.

Este ônus excessivo a que se refere o autor corresponde à impossibilidade de resolução do conflito pela via extrajudicial, seja por meio de mecanismos de denúncia

existentes dentro das plataformas dos provedores ou por notificações de qualquer espécie enviadas pelos usuários; à obrigatoriedade de submissão da resolução do conflito ao Poder Judiciário, conhecido por sua burocracia excessiva, lentidão e custos financeiros elevados; e à “potencialização do dano⁷⁴”, uma vez que quanto mais demorado for o procedimento para resolução do conflito, mais longo será o período até a retirada do conteúdo lesivo de circulação na rede.

Em relação à potencialização do dano, frisa-se ainda que a demora na resolução destes casos resulta, muitas vezes, na perda do objeto real da ação, que corresponde à remoção do conteúdo ilícito da rede. Isso ocorre porque, levando em conta a rapidez com que o conteúdo se espalha na internet, em diversos casos torna-se impossível remover por completo as publicações contendo o material danoso da rede de computadores.

Igualmente significa excessivo ônus e indevida restrição, de resto ainda mais grave, à tutela de seus direitos, impor ao consumidor, salvo em casos de conteúdos pornográficos ou de nudez – mas quando a responsabilidade dos provedores se diz subsidiária na lei, ao que se tornará –, requer ordem judicial para retirada, como se estatui no artigo 19, portanto insuficiente simples comunicação ao provedor.

Anda-se, com a exigência de ordem judicial, na contramão, por exemplo, do que em Diretivas Europeias se estabeleceu, desde 1995 e, mais recentemente, em 2000; na contramão do que a jurisprudência já havia assentado no Brasil, exigindo notificação e inércia do provedor, acerca de conteúdos ilícitos, e para sua retirada, mas não ordem judicial prévia; e, na contramão do que se podia reconhecer traduzir ao menos um sinal do direito positivo brasileiro, quando se acrescentou o artigo 241-A ao ECA (Lei 8.069/90), prevendo retirada de conteúdo, ainda que pornográfico, envolvendo criança e adolescente, todavia mediante simples notificação⁷⁵.

Corroborando com os comentários acerca da potencialização do dano tecidos por Godoy, Cíntia Rosa Pereira de Lima analisa a extensão dos danos gerados no contexto atual de grandes inovações tecnológicas. A autora afirma que a globalização das redes e a velocidade dos meios de comunicação atuais fazem com

⁷⁴ GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. Uma análise crítica da responsabilidade civil dos provedores na Lei nº 12.965/14 in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II**. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 314-315.

⁷⁵ Ibidem, p. 313-314.

que o dano ultrapasse o convívio social da vítima e extrapole barreiras geográficas e temporais⁷⁶.

Sob um prisma semelhante, discorre Anderson Schreiber ao criticar a nova sistemática adotada pelo Marco Civil da Internet, evidenciando os transtornos que a nova lei gerou ao tornar imprescindível a existência de ordem judicial para obrigar provedores de aplicações a procederem com exclusão de materiais ilícitos da rede.

Por meio de um exemplo impactante, o autor demonstra a primordialidade de um sistema ágil, simplificado e efetivo para resolução desses conflitos que envolvam intimidade, privacidade, honra e imagem de usuários.

Iracema Cristina, psicóloga de uma empresa comercial de grande porte, teve seu nome inserido, à sua revelia, em um site de encontros românticos. Ao lado do seu nome completo e do seu verdadeiro número de telefone de trabalho, o site veiculava a seguinte informação sobre Iracema: “pessoa que se propõe a participar de programas de caráter afetivo e sexual”⁷⁷. Para obter a retirada do seu nome do site, Iracema precisou propor ação judicial, no âmbito da qual chegou a afirmar, em depoimento pessoal, que receava perder o emprego por conta da constrangedora exposição que vinha sofrendo⁷⁸.

Para mais, o autor aponta a existência de um embate entre a defesa da honra, privacidade, imagem e intimidade dos usuários e entre a proteção da liberdade de expressão no universo virtual, “que vem se tornando uma verdadeira bandeira da sociedade contemporânea”⁷⁹.

⁷⁶ LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. A responsabilidade civil dos provedores de aplicação de internet por conteúdo gerado por terceiro antes e depois do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/14). **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 110, p. 162, maio 2016. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/115489>>. Acesso em: 08 out. 2017. DOI: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v110i0p155-176>>.

⁷⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 566.468 – RJ. 4ª Turma. Relator: Ministro Jorge Scartezzini. Brasília, 23 de nov. 2004. Diário de Justiça Eletrônico do STJ, 17 dez. 2004. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=1532054&num_registro=200301325557&data=20041217&tipo=51&formato=PDF>. Acesso em 20 abr. 2018.

⁷⁸ SCHREIBER, Anderson. Marco Civil da Internet: avanço ou retrocesso? A responsabilidade civil por dano derivado do conteúdo gerado por terceiro in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II**. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 277.

⁷⁹ Ibidem, p. 278.

Conforme expõe em seu artigo, este embate assenta-se na ideia de que, após o advento do Marco Civil da Internet, a liberdade de expressão e a proibição de censura tornaram-se um obstáculo para a efetiva tutela dos direitos constitucionais do artigo 5º, X, CRFB⁸⁰.

Isso porque a nova lei foi pensada tendo como foco principal a proteção da livre expressão na rede e a vedação a qualquer tipo de censura. Esta realidade fez, inclusive, com que a sistemática anterior de notificação e retirada fosse substituída pelo artigo 19 da referida lei, o que retirou do provedor de internet a obrigação de fazer qualquer juízo de valor ou censura em relação a postagens em seu endereço eletrônico.

Contudo, diferentemente do olhar idealista⁸¹ trazido pelo Marco Civil ao analisar a liberdade de expressão na rede, o que se observa na realidade é que a internet passou a ser um veículo dentro do qual seus usuários sentem-se soberanos para expressar livremente opiniões e julgamentos, permanecendo protegidos pelo direito de livre manifestação de seus pensamentos.

Além disso, o direito à livre manifestação de ideias sofreu desvirtuações, passando a ser usado com fins de disseminação de discurso de ódio, bullying dentro da rede, divulgação de materiais não autorizados com conteúdo vexatório a seus participantes e demais postagens preconceituosas e ofensivas.

Desta forma, a ideia inicial que motivou o legislador ordinário do Marco Civil resultou em um obstáculo criado para aqueles que buscam a proteção de seus direitos fundamentais de privacidade, intimidade, imagem e honra.

A imposição da necessidade de ordem judicial para permitir a responsabilização do provedor de internet desobriga-o a promover a retirada de eventual conteúdo danoso em resposta a mera notificação extrajudicial.

Como consequência, a vítima é obrigada a recorrer ao Poder Judiciário para ver seu pedido satisfeito, procedimento este que é extremamente demorado e custoso.

A ideia de que a internet deve ser um espaço livre da incidência de qualquer espécie de norma represente, hoje, uma proposta

⁸⁰ Ibidem, p.278-283.

⁸¹ Ibidem, p. 283.

essencialmente romântica. [...] Enxergar o Direito como inimigo da liberdade é um equívoco metodológico profundo, na medida em que só em um ambiente normatizado o exercício da liberdade pode ocorrer sem o receio dos abusos, que representam a sua própria negação. [...] A percepção do impacto devastador que a veiculação de material sobre uma determinada pessoa na internet pode produzir em sua vida real é apenas uma das muitas circunstâncias que confirmam a necessidade de aplicação das regras jurídicas ao mundo virtual. A internet não pode representar uma bolha de irresponsabilidade dentro da vida em sociedade⁸².

Outro argumento utilizado por Schreiber é a necessidade de tutela idêntica para direitos fundamentais de igual hierarquia. Tal afirmação impõe a obrigatoriedade de garantir proteção idêntica e nos mesmos moldes para todos os direitos fundamentais previstos no artigo 5º, X, CRFB.

E se a tutela da intimidade sexual do indivíduo, com a consequente responsabilização do provedor de aplicações por danos decorrentes da exposição de sua nudez ou sexualidade, pode ser deflagrada por meio de mera notificação extrajudicial, não se pode compreender porque a tutela de outros atributos da personalidade humana – cuja proteção é situada em idêntico patamar pela Constituição da República – fica a depender, na linguagem do artigo 19, de “ordem judicial específica”⁸³.

Desse modo, para impedir que houvesse qualquer diferenciação ou preferência entre os direitos amparados pelos artigos 19 e 21 da Lei nº 12.965/2014, não poderia ser feita qualquer distinção acerca do modo de tutela dos mesmos. Portanto, a honra, a dignidade, a privacidade e a imagem deveriam, todas, ser tuteladas com base no mesmo artigo do Marco Civil da Internet.

Por fim, o autor defende a interpretação do artigo 19 da referida lei conforme a Constituição da República, de modo a assegurar que a responsabilização civil dos provedores de aplicação ocorra em caso de descumprimento de mera notificação extrajudicial específica, o que torna dispensável a proposição de demanda no Poder Judiciário e permite uma resolução mais célere de conflitos originados dentro das plataformas dos provedores de aplicações.

⁸² SCHREIBER, Anderson. Marco Civil da Internet: avanço ou retrocesso? A responsabilidade civil por dano derivado do conteúdo gerado por terceiro in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II**. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 283.

⁸³ Ibidem, p. 297.

De semelhante modo se posiciona Cíntia Rosa Pereira de Lima, ao afirmar que o Marco Civil da Internet, especificamente em seu artigo 19, deve ser interpretado segundo a antiga tese fixada pela jurisprudência anterior à lei de 2014.

Em suma, muito embora o art. 19 do Marco Civil da Internet imponha a responsabilidade dos provedores por conteúdo gerado por terceiros após a notificação judicial para a retirada do conteúdo, entendemos, s.m.j., que este artigo deve ser interpretado de forma sistêmica para garantir a efetiva proteção dos consumidores. Portanto, os provedores devem agir de maneira eficiente para tornar inacessível um conteúdo que cause dano a outrem quando tomarem conhecimento de tal fato, ainda que seja por uma simples comunicação da vítima como já era o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça⁸⁴.

Partindo da análise dos argumentos utilizados pelos autores supramencionados, percebe-se claramente a opção pelo modelo de notificação e retirada anteriormente adotado em razão de sua simplicidade e agilidade na resolução dos conflitos.

Destarte, a adoção do sistema de notificação e retirada e da responsabilização civil em decorrência de descumprimento de notificações extrajudiciais enviadas por usuários ofendidos, independentemente de prévia ordem judicial, representa o melhor caminho para combater as críticas que o Marco Civil da Internet tem recebido e para alcançar a remoção de conteúdos ilícitos ou danosos das plataformas virtuais.

Esta retomada da tese jurisprudencial busca recuperar a ideia de cooperação e prestação dos provedores na tentativa de evitar a propagação dos danos causados aos usuários na rede.

⁸⁴ LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. A responsabilidade civil dos provedores de aplicação de internet por conteúdo gerado por terceiro antes e depois do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/14). **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 110, p. 174, maio 2016. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/115489>>. Acesso em: 08 out. 2017. DOI: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v110i0p155-176>>.

3.2 Breve análise da responsabilidade civil subjetiva dos provedores de aplicação por descumprimento de notificação extrajudicial no cenário europeu

Na União Europeia, a responsabilização dos provedores por inobservância de notificação extrajudicial enviada pelo usuário continua sendo uma realidade.

Vigora, ainda nos dias atuais, a Diretiva 2000/31/CE da União Europeia⁸⁵, já analisada no capítulo anterior, que serviu como referência inicial para delimitar aspectos legais dos serviços de sociedades de informação entre seus países-membros.

Dentre os temas definidos, foi estabelecida a responsabilização dos provedores de aplicação de forma subjetiva na hipótese de, após notificação ou ciência de existência de conteúdo de caráter lesivo, o provedor não tomar qualquer providência para retirada do material da rede.

A exemplo disso, a Alemanha também passou a regular a responsabilidade dos provedores uniformemente por meio da lei Telemediengesetz (TMG), que está em consonância com a Diretiva 2000/31/CE.

A referida lei está em pleno vigor e, em seu texto legal, estabelece a responsabilização subjetiva dos provedores de hospedagem nos casos em que o provedor se mantém inerte mesmo após ter tomado conhecimento da ilegalidade da atividade ou informação⁸⁶.

De mais a mais, segundo Alessandro Hirata, não só o Legislativo alemão tem se filiado à corrente da responsabilização civil subjetiva em caso de descumprimento de mera notificação do usuário, como também tem seu Judiciário se manifestado favoravelmente à instituição de modelos semelhantes ao sistema de notificação e retirada.

⁸⁵ UNIÃO EUROPEIA. Directiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 08 de junho de 2000. Relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno («Directiva sobre comércio electrónico»). **Jornal Oficial das Comunidades Europeias** nº L 178 de 17 jul. 2000. p. 0001-0016. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32000L0031&from=PT>>. Acesso em 20 mai. 2018.

⁸⁶ HIRATA, Alessandro. Internetrecht: Aspectos de Direito Comparado Alemão in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II**. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 610.

Ademais, o BGH⁸⁷, em recente decisão, criou uma espécie de novo modelo de responsabilidade para provedores de hospedagem em violação dos direitos da personalidade por conteúdo de terceiros. Trata-se de procedimento semelhante ao Notice-and-Take-Down. Na referida decisão, o acusado disponibilizou a estrutura para um blog e o autor da ação entendia que o conteúdo não era verídico e violava direitos da personalidade. Por conseguinte, o tribunal entendeu tratar de responsabilidade por violação [...] do provedor, que, para ser afastada, deveria seguir as seguintes etapas: O aviso sobre o conteúdo ilegal precisa ser concreto, a ponto que a violação do direito possa ser afirmada facilmente, sem que seja necessário qualquer tipo de análise fática ou jurídica. Esse aviso precisaria ser então encaminhado pelo provedor ao responsável pelo conteúdo, com a solicitação de manifestar-se a respeito. Se não houver manifestação, o conteúdo deve ser removido. Contudo, caso a manifestação seja suficientemente embasada, o provedor deve contatar o ofendido pelo conteúdo, que deverá demonstrar a violação de direito. Se não houver tal demonstração, não haverá novo contato. Porém, caso demonstre-se, então, uma violação de direito da personalidade, o conteúdo deve ser removido pelo provedor⁸⁸.

Em igual sentido, segue o posicionamento do ordenamento jurídico espanhol, que estabelece três hipóteses em que ao provedor será permitido tomar ciência do conteúdo ilícito, podendo ser responsabilizado posteriormente caso não promova a remoção do material apontado:

1) Por meio de ordem judicial que declare a natureza ilícita do conteúdo; 2) se o provedor conheceu tal natureza desde procedimentos derivados de regramentos internos ou; 3) por outros meios de conhecimento que razoavelmente podem ser estabelecidos⁸⁹.

Ressalta-se que, assim como a Alemanha, a Espanha e os demais países-membros da União Europeia vinculam-se à Diretiva supracitada. Destarte, não somente os dois países analisados no presentes estudo, como também todos os demais países que compõem a Comunidade devem apresentar propostas de

⁸⁷ Sigla em alemão que representa o termo *Bundesgerichtshof*. Segundo Hirata “em uma comparação simples, a título didático, seria o equivalente ao STJ brasileiro”. Fonte: Ibidem, p.611.

⁸⁸ HIRATA, Alessandro. Internetrecht: Aspectos de Direito Comparado Alemão in LUGCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II**. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 616.

⁸⁹ ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. Responsabilidade civil dos provedores de internet e a proteção da imagem. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**. Brasília, v. 29, n. 7/8, p. 62, julho/agosto de 2017, p. 60. ISSN 0103-703-X. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/114443/responsabilidade_civil_provedores_zanini.pdf>. Acesso em 10 abr. 2018.

resoluções de conflitos entre usuários e provedores com base nos parâmetros de responsabilização civil subjetiva por descumprimento de notificação extrajudicial impostos pela Diretiva 2000/31/CE.

Sob esse prisma de proteção aos direitos do usuário, é importante examinar o mais novo Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, conhecido como Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia (RGPD)⁹⁰, que entrou em vigor em 25 de maio de 2018.

Este regulamento trata da política de proteção, livre circulação e tratamento⁹¹ de dados pessoais⁹² no âmbito da União Europeia. No campo do direito digital, esta política visa uma gerência mais responsável dos dados pessoais disponibilizados por usuários na rede.

Informações particulares como nome completo, email pessoal, endereço residencial, CPF e números telefônicos são, muitas vezes, fornecidas pelos usuários a sites na internet para fins de cadastro. Contudo, na maioria dos casos, o internauta não é informado sobre o fim a que se propõe a coleta de tantos dados pessoais relevantes.

⁹⁰ O Regulamento trata da proteção de dados pessoais que são disponibilizados tanto pela via informática ou manualmente, sendo aplicado a todas as formas de armazenamento de dados pessoais – inclusive os armazenamentos manuscritos em papel. “O RGPD protege os dados pessoais independentemente da tecnologia utilizada para o tratamento desses dados – é neutra em termos tecnológicos e aplica-se tanto ao tratamento automatizado como ao tratamento manual, desde que os dados sejam organizados de acordo com critérios pré-definidos (por exemplo, por ordem alfabética). Também é irrelevante o modo como os dados são armazenados — num sistema informático, através de videovigilância, ou em papel; em todos estes casos, os dados pessoais estão sujeitos aos requisitos de proteção previstos no RGPD”. Fonte: COMISSÃO EUROPEIA. O que são dados pessoais? Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection/reform/what-personal-data_pt>. Acesso em 29 mai. 2018.

⁹¹ “O tratamento abrange um amplo conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais, por meios manuais ou automatizados. Inclui a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição de dados pessoais”. Fonte: COMISSÃO EUROPEIA. O que constitui o tratamento de dados? Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection/reform/what-constitutes-data-processing_pt>. Acesso em 29 mai. 2018.

⁹² Segundo as informações retiradas do site de Comissão Europeia, o Regulamento 2016/679 aplica-se unicamente a pessoas físicas vivas, identificadas ou identificáveis. Portanto, não se aplica a dados de pessoas jurídicas, pessoas falecidas ou dados que tenham sido tornados anônimos de modo a impossibilitar a identificação de seu detentor. Fonte: COMISSÃO EUROPEIA. Para que serve o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)? Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection/reform/what-does-general-data-protection-regulation-gdpr-govern_pt#exemplos>. Acesso em 29 mai. 2018.

(6) A rápida evolução tecnológica e a globalização criaram novos desafios em matéria de proteção de dados pessoais. A recolha e a partilha de dados pessoais registaram um aumento significativo. As novas tecnologias permitem às empresas privadas e às entidades públicas a utilização de dados pessoais numa escala sem precedentes no exercício das suas atividades. As pessoas singulares disponibilizam cada vez mais as suas informações pessoais de uma forma pública e global. As novas tecnologias transformaram a economia e a vida social e deverão contribuir para facilitar a livre circulação de dados pessoais na União e a sua transferência para países terceiros e organizações internacionais, assegurando simultaneamente um elevado nível de proteção dos dados pessoais.

(7) Esta evolução exige um quadro de proteção de dados sólido e mais coerente na União, apoiado por uma aplicação rigorosa das regras, pois é importante gerar a confiança necessária ao desenvolvimento da economia digital no conjunto do mercado interno. As pessoas singulares deverão poder controlar a utilização que é feita dos seus dados pessoais. Deverá ser reforçada a segurança jurídica e a segurança prática para as pessoas singulares, os operadores económicos e as autoridades públicas⁹³.

Percebe-se, por conseguinte, a tentativa do Parlamento Europeu de assegurar o uso sério, consciente e responsável dos dados pessoais disponibilizados pelo usuário nas plataformas virtuais. Para tanto, foi estabelecida uma série de regras a serem seguidas pelas empresas submetidas à legislação europeia, bem como foram estipuladas indenizações, multas e sanções em caso de descumprimento do regulamento ou de violação a direitos dos titulares dos dados⁹⁴.

Destaca-se também que, conforme disposição do artigo 2º do Regulamento⁹⁵, não houve revogação da Diretiva 2000/31/CE. Deste modo, ambas as regulamentações vigoram, cada qual sendo aplicada em seu âmbito de atuação.

(21) O presente regulamento aplica-se sem prejuízo da aplicação da Diretiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho,

⁹³ UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016. Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). **Jornal Oficial da União Europeia** nº L 119 de 04 mai. 2016. p. 0001-0088. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32016R0679&from=PT>>. Acesso em 31 mai. 2018.

⁹⁴ Cf. artigos 82º e 83º do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016. Fonte: Ibidem, p. 81.

⁹⁵ “O presente regulamento não prejudica a aplicação da Diretiva 2000/31/CE, nomeadamente as normas em matéria de responsabilidade dos prestadores intermediários de serviços previstas nos seus artigos 12º a 15º”. Fonte: Ibidem, p. 32.

nomeadamente das normas em matéria de responsabilidade dos prestadores intermediários de serviços previstas nos seus artigos 12.º a 15.º. A referida diretiva tem por objetivo contribuir para o correto funcionamento do mercado interno, garantindo a livre circulação dos serviços da sociedade da informação entre Estados-Membros⁹⁶.

Não obstante a atualidade do tema relativo à nova regulamentação de proteção de dados pessoais na União Europeia, em razão da complexidade deste assunto, que por si só justifica um estudo à parte, o presente trabalho não pretende aprofundar-se no tema.

O que se destaca é que tanto a Diretiva dos anos 2000 quanto o mais moderno Regulamento sobre direito digital de 2018 têm como objetivo primordial a proteção de direitos fundamentais do usuário na rede. Ambos também estabelecem a possibilidade de responsabilização dos provedores em caso de eventual violação às regras positivadas.

Portanto, nota-se mais uma vez o posicionamento europeu em defesa dos direitos dos usuários da rede, limitando e regulamentando a ação dos provedores, de modo a garantir simultaneamente a proteção dos internautas e o perfeito desenvolvimento da internet como mecanismo de comunicação em constante evolução.

Em suma, o que se pode concluir desta breve análise é que o posicionamento europeu no que se refere à responsabilização dos provedores de aplicação permanece o mesmo desde o ano de 2000, em que foi publicada a Diretiva de autoria do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia.

Tal fato, sem dúvidas, comprova o êxito na resolução de conflitos entre usuários e provedores por meio da utilização do sistema de responsabilização subjetiva por descumprimento de notificação extrajudicial.

Durante todo esse período, o emprego do mecanismo de notificação ao provedor e, posteriormente, eventual retirada do conteúdo ilícito demonstrou igualmente o êxito em conseguir administrar o sopesamento dos princípios fundamentais com que nos deparamos ao analisar a presente temática.

⁹⁶ Ibidem, p. 4.

3.3 Sopesamento dos direitos constitucionais fundamentais

A sistemática adotada pelo Marco Civil da Internet é duramente criticada por dar prioridade à proteção da liberdade de expressão e à vedação à censura, em detrimento dos demais direitos fundamentais como honra, intimidade, privacidade e imagem.

Para Claudio Godoy, a obrigatoriedade de recorrer ao Poder Judiciário para garantir a exclusão de material ofensivo ao usuário da rede representa clara preferência do Legislador pela proteção da liberdade de expressão do internauta, juntamente com a tentativa de retirar do provedor de internet a possibilidade de ser responsabilizado em razão de eventuais danos causados por terceiros dentro de sua plataforma online.

A primeira observação a se fazer é de matiz constitucional. Isso por ser comum sustentar, na defesa do Marco Civil, que a especial preocupação da lei foi preservar a livre circulação das manifestações das pessoas, a liberdade de expressão que, afinal, é mesmo constitucionalmente assegurada. Sucede que isto não significa reconhecer qualquer hierarquia em relação a outros e iguais direitos constitucionais, que são da personalidade, como a honra ou imagem das pessoas. São todos direitos que possuem um mesmo valor fonte (a dignidade da pessoa humana) e o que justifica, a respeito, a chamada tese da *igual hierarquia*. Há aqui o denominado princípio da unidade hierárquico-normativa da Constituição. Inexiste, portanto, a pretexto do bem que se quis preservar na lei, razão bastante a que, aprioristicamente, se subalternizem outros de idêntica dignidade, criando-se reais barreiras a que, mais amplamente, se os tutelem⁹⁷.

Ainda, conforme relata Ricardo Lorenzetti, o direito argentino, embora não conte com norma positivada que trate especificamente sobre o tema da responsabilidade civil dos provedores, apresenta estudos e soluções para a viabilização da ponderação entre direitos fundamentais básicos.

⁹⁷ GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. Uma análise crítica da responsabilidade civil dos provedores na Lei nº 12.965/14 in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II**. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 316.

Esta ponderación [de los valores constitucionales], además, no puede arribar a una solución que consagre derechos constitucionales absolutos y constituye una pauta elemental de aquella tarea hermenéutica, que los derechos consagrados en la Constitución deben ser interpretados armónicamente, de modo que unos no excluyan a otros, con el fin de arribar a una solución que conjugue de manera armoniosa aspectos propios de los derechos y garantías constitucionales involucrados⁹⁸.

Muito embora a liberdade de expressão e de pensamento na rede seja uma grandiosa manifestação da democracia em que se vive atualmente, percebe-se que tal direito é muitas vezes utilizado de forma negativa pelos internautas. Figuras comuns como discurso de ódio online, bullying virtual e até mesmo a propagação de *fake news*⁹⁹, são recorrentes no cotidiano virtual.

Recentemente, o assassinato da Vereadora Marielle Franco¹⁰⁰ serviu de grande exemplo para demonstrar o poder da disseminação de notícias falsas na rede. Horas após a divulgação do trágico incidente na mídia, diversas redes sociais, como Twitter, Facebook e Whatsapp, passaram a receber postagens de seus usuários abordando atualizações sobre o caso.

Entretanto, em pouco tempo, fotos e notícias falsas que associavam a vereadora ao crime organizado foram também divulgados por usuários dessas mesmas plataformas. Como consequência dessas *fake news*, a Vereadora, conhecida por ser símbolo do movimento de luta em defesa das minorias, passou a

⁹⁸ Texto em português: Essa ponderação [de valores constitucionais], além disso, não pode chegar a uma solução que consagre direitos constitucionais absolutos e constitua um padrão elementar daquela tarefa hermenéutica, que os direitos consagrados na Constituição devem ser interpretados harmoniosamente, de modo que uns não excluam outros, a fim de chegar a uma solução que combine de maneira harmônica aspectos próprios dos direitos e das garantias constitucionais envolvidas. Fonte: LORENZETTI, Ricardo L. La Responsabilidad de los Buscadores de Internet in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III – Tomo II.** Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 560.

⁹⁹ Expressão em inglês que significa falsas notícias, utilizada para caracterizar essa onda de falsas notícias sensacionalistas que são diariamente divulgadas na internet.

¹⁰⁰ CARTA CAPITAL. O que se sabe até agora sobre a morte de Marielle? Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-se-sabe-ate-agora-sobre-a-morte-de-marielle>>. Acesso em 21 mai. 2018.

ser erroneamente apontada como ex esposa de um traficante de drogas e associada à organização criminosa Comando Vermelho¹⁰¹.

No caso em questão, é possível observar a forma como as postagens na rede são rapidamente republicadas e compartilhadas entre seus usuários indiscriminadamente, sem que haja qualquer verificação de veracidade, fonte ou lesividade do conteúdo. Como consequência, tem-se a dificuldade de perseguição e responsabilização dos reais autores de *fake news* e outras publicações de caráter igualmente lesivo.

Somado a isso, tem-se como obstáculo a sistemática introduzida pelo Marco Civil da Internet, que torna ainda mais difícil a contenção de danos ao usuário lesionado, haja vista a imposição da necessidade de ordem judicial para que o provedor seja obrigado a remover o conteúdo danoso de seu endereço eletrônico.

Deste modo, nas condições atuais, observa-se a existência de entraves para a efetiva repressão e controle de eventuais danos gerados por terceiros dentro das plataformas dos provedores de aplicações, bem como para a responsabilização dos reais autores do ilícito.

No exemplo da Vereadora Marielle, em virtude de sua grande repercussão nacional e internacional, diversos veículos de informação da mídia noticiaram a circulação das falsas notícias e, de certo modo, colaboraram para a contenção dos danos causados à imagem da falecida Vereadora.

Ademais, em resposta ao ocorrido, o Senado Federal abriu pauta para debate e elaboração de parecer¹⁰² acerca das consequências causadas pelas *fake news* e em busca da melhor forma para combatê-las¹⁰³.

¹⁰¹ CARTA CAPITAL. A verdade sobre Marielle resistirá à onda de fake news? Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/odio-e-intolerancia-nas-redes-foram-derrotados>>. Acesso em 21 mai. 2018.

¹⁰² SENADO NOTÍCIAS. É preciso combater as 'fake news', diz Eunício ao Conselho de Comunicação. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/11/08/e-preciso-combater-as-fake-news-diz-eunicio-ao-conselho-de-comunicacao>>. Acesso em 23 mai. 2018.

¹⁰³ Segundo o Ministro Luiz Fux, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, objetivando minimizar as consequências desastrosas que as *fake news* podem gerar para o processo de candidatura e eleição de políticos e para o próprio sistema eleitoral como um todo, o TSE adotou uma posição proativa e preventiva para a identificação e remoção imediata de notícias falsas envolvendo pré-candidatos e candidatos a eleições. De igual modo, manifestou-se o Tribunal em decisão relativa à Representação

Contudo, ainda assim resta a dúvida sobre a necessidade de efetivo sopesamento entre os direitos constitucionais em jogo quando se trata de conflitos na rede.

Na mesma linha segue o entendimento de Cíntia Rosa Pereira de Lima, que afirma haver a necessidade de ponderação entre a liberdade de expressão e os direitos a honra, imagem, privacidade e intimidade, de modo a garantir tratamento igualitário estes direitos fundamentais constitucionalmente previstos.

A tutela privada dos direitos fundamentais no contexto das novas tecnologias, em especial a internet, enfrenta muitos desafios. Assim, é comum que o direito à liberdade de expressão colida com outros direitos fundamentais, tais como a honra, imagem, intimidade e privacidade. A solução é a ponderação destes direitos para que no caso concreto decida de maneira harmoniosa.

[...] os usuários têm a liberdade de utilizar este meio de comunicação para divulgar os mais variados conteúdos de texto e arquivos multimídia com o potencial de causar danos a outrem ao expor imagens e textos que comprometam os direitos fundamentais acima mencionados. Muito embora os provedores sejam meros intermediários e não devem controlar o conteúdo preventivamente, eles podem e devem atuar assim que tomarem conhecimento do dano causado pelo conteúdo gerado por terceiro¹⁰⁴.

Contudo, concorda a autora que a proteção à liberdade de expressão na internet tem, constantemente, resultado em abusos ao direito de expressar-se livremente. Por conseguinte, ocorrem diariamente diversas violações a direitos fundamentais de usuários dentro das plataformas virtuais.

nº 0600546-70.2018.6.00.0000, que abordava o caso de falsas notícias divulgadas na internet que envolviam a honra e imagem da pré-candidata às eleições de 2018 Marina Silva. Fontes: FORTUNA, Deborah. TSE promete combater as fake news para garantir um jogo limpo nas eleições. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/06/09/interna_politica,687343/tse-promete-combater-fake-news-para-garantir-jogo-limpo-nas-eleicoes.shtml>. Acesso em 10 jun. 2018; e BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Decisão na Representação nº 0600546-70.2018.6.00.0000. Relator: Ministro Sérgio Banhos. Representantes: Marina Silva e Rede Sustentabilidade – Diretório Nacional. Representado: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. Brasília, 07 jun. 2018. Diário de Justiça Eletrônico do TSE, 08 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/marina-silva-fake-news.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2018.

¹⁰⁴ LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. A responsabilidade civil dos provedores de aplicação de internet por conteúdo gerado por terceiro antes e depois do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/14). **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 110, p. 174, maio 2016. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/115489>>. Acesso em: 08 out. 2017. DOI: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v110i0p155-176>>.

Além disso, com o modelo estabelecido pelo Marco Civil da Internet, foi retirada do provedores de aplicação a obrigação de agir mediante solicitação do usuário para evitar o aumento e a propagação dos danos causados. Deste modo, o provedor fica livre para manter-se inerte e não atuar quando lhe for solicitado, com o respaldo da legislação em vigor.

Como já exaustivamente discutido, essa possibilidade dada ao provedor de escolher entre agir ou não para solucionar o problema tem como consequência o agravamento do dano causado à vítima. Isto porque, ao omitir-se e obrigar o usuário a recorrer ao Poder Judiciário para ter sua pretensão satisfeita, o provedor estará colaborando para que a vítima fique exposta à violação de seu direito durante um maior período de tempo.

Deve-se lembrar que, em muitos casos, a violação sofrida pela vítima é de tamanha grandeza que suas consequências geram danos irreparáveis que perdurarão por tempo indeterminado.

Uma pessoa que teve sua imagem indevidamente utilizada em um perfil de rede social associado à prostituição pode sofrer com eventual perda do emprego, dificuldade de conseguir novas oportunidades de trabalho e de ser bem vista no mercado, problemas em seus relacionamentos familiares e amorosos, além do duradouro estigma causado pela associação de sua imagem a um perfil de prostituição.

O mesmo pode ser dito sobre um usuário vítima de difamação dentro das plataformas virtuais dos provedores de aplicações. Em razão da difamação sofrida, a vítima pode sofrer diversos outros prejuízos que atingem tanto a esfera pública quanto a esfera particular de sua vida.

É certo que todos os direitos em jogo – tanto a liberdade de expressão e vedação à censura, quanto a honra, privacidade, intimidade e imagem – são igualmente importantes e merecedores de proteção e respeito.

Entretanto, deve-se reconhecer que, para viabilizar a efetiva proteção aos direitos fundamentais de intimidade, privacidade, honra e imagem, faz-se necessário a adoção de um procedimento mais rápido e eficaz que possibilite a contenção imediata da violação cometida.

Caso contrário, conforme exposto no capítulo 3.1, a demora em remover da rede o conteúdo ofensivo pode resultar na impossibilidade absoluta de resolução do ocorrido, uma vez que as publicações na internet são rapidamente compartilhadas por milhares de usuários na rede.

Tendo por base o estudado no presente capítulo e os exemplos até então analisados, é evidente que o modelo atual previsto pela Lei nº 12.965/2014 privilegia o direito a se expressar livremente na rede, dificultando a proteção dos demais direitos constitucionais. Por outro lado, o sistema de notificação e retirada permite um melhor e mais paritário sopesamento entre os direitos em questão.

Inicialmente, deve-se entender que o sistema de notificação e retirada tem como objetivo primordial evitar ou conter ao máximo os danos causados ao usuário, quaisquer que sejam.

Desse modo, se um usuário tem uma foto constrangedora com sua imagem divulgada dentro do endereço eletrônico de um provedor de aplicações, após o envio da notificação ao provedor, este buscará suspender o conteúdo ofensivo o quanto antes.

Após a suspensão, o que já garante a proteção dos direitos da vítima constantes do artigo 5º, X da CRFB, caberá ao provedor realizar a análise da efetiva lesividade do conteúdo. É neste momento em que haverá a garantia da proteção do direito à liberdade de expressão e vedação à censura.

Posteriormente, após as devidas análises, o provedor poderá decidir ou não pela exclusão permanente do material denunciado de seu endereço eletrônico, podendo as partes envolvidas, caso julguem necessário, submeter a demanda ao crivo do Judiciário para que a decisão acerca da lesividade do conteúdo seja tomada por uma autoridade competente e imparcial.

No mesmo sentido, já tramitam na Câmara dos Deputados dois projetos de lei (PL 8.443/2017 e PL 6.989/2017) que visam a alteração do Marco Civil da Internet de

modo a conferir obrigatoriedade ao cumprimento de notificações extrajudiciais enviadas por internautas¹⁰⁵.

O projeto de lei nº 8.443/2017, de autoria do Deputado Federal Luiz Lauro Filho, tem como objetivo alterar a redação do artigo 19 da Lei nº 12.965/2014, que passaria a prever a responsabilização de provedores caso, após decorrido o prazo de 48 horas, não removessem conteúdo ilícito denunciado por notificação judicial ou extrajudicial.

Esse projeto de lei também prevê o prazo de 1 mês, posterior à data de remoção do material ofensivo, para que o provedor analise o conteúdo denunciado e, caso entenda pela inexistência de ofensa ou danos a terceiros, conceda novamente livre circulação ao material.

Art. 5º do Projeto de Lei nº 8.443/2017. O art. 19 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

“Art. 19 Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após o prazo de quarenta e oito horas de notificação, judicial ou extrajudicial, de retirada do conteúdo ilícito, não o remover.

§ 1º No referido prazo de quarenta e oito horas, o provedor deverá promover a suspensão preventiva da informação e, posteriormente, analisar o teor do requerimento no prazo máximo de um mês.

§ 2º Após a análise, o provedor poderá excluir a informação, caso entenda ser indevida, ou permitir que esta tenha livre circulação novamente. [...]”¹⁰⁶.

¹⁰⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6989/2017. **Altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014**, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=AA52353FF870075F68E1F58B75A77AE5.proposicoesWebExterno1?codteor=1527310&filename=PL+6989/2017>. Acesso em 31 mai. 2018. Texto original; BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8443/2017. **Estabelece o Direito ao Esquecimento e modifica os artigos 7º e 19 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014** - Marco Civil da Internet. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1599692&filename=PL+8443/2017>. Acesso em 31 mai. 2018. Texto original.

¹⁰⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8443/2017. **Estabelece o Direito ao Esquecimento e modifica os artigos 7º e 19 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014** - Marco Civil da Internet. Disponível em: <

Como se observa, utilizando-se do procedimento estabelecido, o projeto de lei supracitado acertadamente conseguiu garantir a tutela tanto do direito à liberdade de expressão quanto dos direitos à honra, privacidade, imagem e intimidade, indo ao encontro das teses que criticam a previsão atual do Marco Civil da Internet.

A rápida ação do provedor em remover o conteúdo denunciado garante a contenção do possível dano causado à vítima. Ao mesmo tempo, a possibilidade de posterior análise da natureza do material denunciado – seja esta uma análise feita pelo próprio provedor ou pelo Judiciário – garante que conteúdos errônea ou falsamente denunciados possam voltar à circulação, assegurando a liberdade de expressão e impedindo a censura na rede.

De igual modo manifesta-se o projeto de lei nº 6.989/2017, de autoria do Deputado Federal Odorico Monteiro, que visa alterar o Marco Civil da Internet para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem o suicídio.

O referido projeto de lei pretende alterar a Lei nº 12.965/2014, acrescentando o artigo 21-A com novas previsões tuteladas pelo sistema de notificação e retirada.

Art. 2º do Projeto de Lei nº 6.989/2017. A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 21-A. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros fica sujeito às sanções previstas no artigo 12, aplicadas de forma isolada ou cumulativa, decorrente da divulgação, de imagens, de vídeos ou de outros materiais que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio quando, após o recebimento de notificação de usuário ou seu representante legal, nos termos do parágrafo único do artigo 21, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo”¹⁰⁷.

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1599692&filename=PL+8443/2017>. Acesso em 31 mai. 2018. Texto original.

¹⁰⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6989/2017. **Altera o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AA52353FF870075F68E1F58B75A77AE5.proposicoesWebExterno1?codteor=1527310&filename=PL+6989/2017>. Acesso em 31 mai. 2018. Texto original.

Tal proposta de alteração legislativa também representa uma modificação benéfica ao texto legal do Marco Civil da Internet, posto que permita maior controle e prevenção da disseminação pela internet de materiais ilícitos que estimulem a prática de suicídio.

Vale salientar que este tipo de conteúdo é prejudicial para a sociedade como um todo e, mais intensamente, para as pessoas propensas a este tipo de comportamento. Destarte, a alteração proposta é providencial para ajudar a evitar tragédias ocasionadas pela divulgação deste tipo de conteúdo ilícito na rede.

Em síntese, como se pode observar após o estudo do presente capítulo, a sistemática do procedimento de notificação e retirada claramente garantem uma maior proteção de ambas as partes envolvidas no conflito: os direitos do ofendido são assegurados com a rápida atuação do provedor de internet e os direitos do autor da postagens são igualmente protegidos com a análise posterior do teor do conteúdo alegadamente lesivo e a possibilidade de submeter ao Judiciário a decisão sobre a demanda.

CONCLUSÃO

No capítulo inicial desta obra, foi analisada a aplicação da teoria da responsabilidade civil aos provedores de aplicações de internet em caso de danos decorrentes de conteúdos publicados por terceiros em suas plataformas virtuais.

Analizou-se a tese jurisprudencial firmada pelo STJ, que previa a adoção do sistema de notificação e retirada para a resolução dos conflitos ocorridos dentro da rede e estabelecia a responsabilização civil subjetiva aos provedores de aplicação por mero descumprimento de notificação extrajudicial enviada pela vítima da violação, apontando também os benefícios desta sistemática.

Por meio dessa breve análise, foi possível entender seu modo de funcionamento, bem como se pode perceber a eficácia de sua aplicação pelos tribunais até o ano de 2014.

Posteriormente, foi investigado o histórico de criação do Marco Civil da Internet e a repercussão causada após sua entrada em vigor, em 23 de junho de 2014. Analisaram-se as inovações legislativas por ele trazidas e o lobby explícito feito pelas grandes empresas de tecnologia e de telecomunicações durante o trâmite do projeto de lei pelo Congresso Nacional, com o que se pode concluir que a referida lei teve como objetivo não só proteger os direitos fundamentais, com ênfase na liberdade de expressão e na vedação à censura, como também proteger o interesse das grandes empresas de comunicação.

Por meio da completa remodelação do sistema de responsabilização civil dos provedores de internet, a Lei nº 12.965/2014 revogou o modelo de notificação e retirada anteriormente adotado pelo STJ, tornando imprescindível a proposição de demanda judicial para obrigar os provedores de aplicação a remover conteúdos alegadamente ofensivos de suas plataformas.

Tal modificação representou um enorme retrocesso para a legislação civil brasileira, haja vista que submeteu necessariamente à análise do Poder Judiciário

demandas que poderiam – e deveriam, em razão da agilidade requerida para suas resoluções – ser solucionadas por meio de medidas extrajudiciais.

Foi feita uma profunda pesquisa doutrinária, em que se buscou entender e fundamentar as críticas feitas à nova legislação. Foi também realizada pesquisa sobre como o instituto da responsabilidade civil dos provedores é aplicado em âmbito internacional, com foco no estudo da legislação da União Europeia. Com esta análise, ficou demonstrada a preferência nacional e internacional pelo sistema de notificação e retirada.

Em seu capítulo final, o estudo buscou apresentar os pontos positivos do sistema de notificação e retirada, contrapondo-os às críticas feitas ao atual modelo estabelecido pelo Marco Civil da Internet.

Por meio da adoção do sistema de notificação e retirada, estimula-se a proatividade por parte dos provedores de aplicações de internet, de modo a possibilitar a resolução mais ágil dos conflitos gerados em razão de materiais ilícitos postados por terceiros na rede.

Ademais, em se tratando de Direito Digital, deve-se sempre levar em consideração que todas as tecnologias desta era informática estão sempre em constante evolução, com o desenvolvimento de sistemas cada vez mais inteligentes, interligados, globalizados e rápidos.

Com essas inovações constantes, novos desafios e problemas vão surgindo dentro da rede e precisarão ser resolvidos pelo Direito com mecanismos mais ágeis e dinâmicos de solução de conflitos.

Dessa forma, a preferência pela responsabilização civil por descumprimento de notificação extrajudicial e a adoção do sistema de notificação e retirada são modelos mais aptos para a resolução das demandas apresentados por essas novas e dinâmicas tecnologias.

Do mesmo modo, leva-se também em consideração a superlotação do Poder Judiciário, que recebe diariamente mais processos do que consegue comportar, possui pautas lotadas e, além de tudo, é extremamente caro e moroso.

Portanto, o sistema de notificação e retirada também colabora, por meio da adoção de formas extrajudiciais de resolução de conflitos, com a diminuição do número de processos que são submetidos ao Judiciário.

Por isso, a adoção do referido sistema garante uma resolução mais rápida e eficaz de conflitos entre usuários e provedores, assegurando a contenção do dano que estava sendo causado, além de representar uma alternativa mais barata e célere do que a proposição de uma ação no Poder Judiciário.

Para mais, o sistema de notificação e retirada apresenta um procedimento que permite a maior proteção dos direitos fundamentais constitucionais em questão. Isto porque tal sistema garante não só a rápida contenção da violação a honra, imagem, privacidade e intimidade, como também permite a posterior análise do conteúdo denunciado de modo a evitar casos de falsas denúncias e censura, protegendo também a liberdade de expressão dos usuários na rede.

Ademais, como já informado, atualmente tramitam no Congresso Nacional dois Projetos de Lei que objetivam a alteração do Marco Civil da Internet de modo a reestabelecer o sistema de notificação e retirada e a responsabilização civil subjetiva dos provedores de aplicação por descumprimento de notificações extrajudiciais enviadas pelos usuários interessados. Se aprovadas, tais modificações representarão um grande avanço para a legislação civilista do direito brasileiro.

Em conclusão, este estudo acredita ter demonstrado que a adoção do modelo de notificação e retirada e da responsabilização civil subjetiva por descumprimento de mera notificação extrajudicial, defendidos pelo STJ antes do advento do Marco Civil da Internet e aceitos pela legislação europeia, é a melhor resposta para a resolução de conflitos dentro da rede que envolvam a violação de direitos fundamentais previstos na Constituição da República em razão de conteúdos postados por terceiros dentro das plataformas virtuais dos provedores de aplicações de internet.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Yara. Após denúncias de espionagem, governo pedirá agilidade na votação do Marco Civil da Internet. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/07/apos-denuncias-de-espionagem-governo-pedira-agilidade-na-votacao-do>>. Acesso em 21 abr. 2018.

BANCO MUNDIAL – The World Bank. World Bank Open Data: Population, total. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=BR>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

BANCO MUNDIAL – The World Bank. World Bank Open Data: Population, total. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS?end=2016&start=1960&view=chart>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

BARBOSA, Marco A. Marco Civil da Internet: Mercado e Estado de Vigilância in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). Direito & Internet III – Tomo II. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 233-252.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Emenda Modificativa de Plenário nº 62 ao Projeto de Lei nº 2.126 de 2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1238648&filename=EMP+62/2014+%3D%3E+PL+2126/2011>. Acesso em 27 abr. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Emenda Substitutiva Global nº 54 ao Projeto de Lei nº 2.126 de 2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1238635&filename=EMP+54/2014+%3D%3E+PL+2126/2011>. Acesso em 27 abr. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 2126/2011. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=912989&filename=Tramitacao-PL+2126/2011>. Acesso em 22 abr. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6989/2017. Altera o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de

retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AA52353FF870075F68E1F58B75A77AE5.proposicoesWebExterno1?codteor=1527310&file name=PL+6989/2017>. Acesso em 31 mai. 2018. Texto original.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8443/2017. Estabelece o Direito ao Esquecimento e modifica os artigos 7º e 19 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet. Disponível em: <

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1599692&filename=PL+8443/2017>. Acesso em 31 mai. 2018. Texto original.

BRASIL. Código Civil Brasileiro (2002). Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Brasileiro. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm#art2044>. Acesso em: 25 mai. 2018.

BRASIL. Poder Executivo. Mensagem de Solicitação de Urgência nº 391/2013.

Solicita que seja atribuído o regime de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 2126/2011. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=591789>>. Acesso em 20 abr. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial nº 1.186.616 – MG. Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Recorrida: Alexandre Magno Silva Marangon. Relator: Ministra Nancy Andrighi. Terceira Turma do STJ. Brasília, 23 ago. 2011. Diário de Justiça Eletrônico do STJ, 31 ago. 2011. Disponível em:

<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=17189288&num_registro=201000512263&data=20110831&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em 08 abr. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial nº 1.193.764 - SP. Recorrente: I P DA S B. Recorrido: Grasielle Salme Leal. Google Brasil Internet Ltda. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Terceira Turma do STJ. Brasília, 14 dez. 2010. Diário de Justiça Eletrônico do STJ, 08 ago. 2011. Disponível em:

<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=13438580&num_registro=201000845120&data=20110808&tipo=51&formato=PDF>. Acesso em 08 abr. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial nº 1.323.754 - RJ. Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Recorrida: Grasielle Salme Leal. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Terceira Turma do STJ. Brasília, 19 jun. 2012. Diário de Justiça Eletrônico do STJ, 28 ago. 2012. Disponível em:

<https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?seq_publicacao=12186&seq

_documento=6054760&data_pesquisa=28/08/2012&versao=impressao&nu_seguimento=00001&tipo_documento=documento>. Acesso em 08 abr. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial nº 1.338.214 - MT. Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Recorrido: Roger Eduardo Sassaki. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, 21 nov. 2013. Diário de Justiça Eletrônico do STJ, 02 dez. 2013. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=32638068&num_registro=201200396460&data=20131202&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em 25 mai. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial nº 1.406.448 - RJ. Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Recorrido: Geraldo do Carmo da Costa Limas Araújo. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, 15 out. 2013. Diário de Justiça Eletrônico do STJ, 21 out. 2013. p. 9-10. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=31905864&num_registro=201201318237&data=20131021&tipo=51&formato=PDF>. Acesso em: 08 mai. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Informativo de Jurisprudência nº 460/STJ. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisarumaedicao&livre=@cod=%270460%27>>. Acesso em 08 abr. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Informativo de Jurisprudência nº 500/STJ. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisarumaedicao&livre=@cod=%270500%27>>. Acesso em 08 abr. 2018

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Informativo de Jurisprudência nº 510/STJ. Terceira Turma: “Direito do Consumidor. Consumo Intermediário. Vulnerabilidade. Finalismo Aprofundado”. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=INFJ&tipo=informativo&livre=@COD=%270510%27>>. Acesso em 20 abr. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 566.468 – RJ. 4ª Turma. Relator: Ministro Jorge Scartezzini. Brasília, 23 de nov. 2004. Diário de Justiça Eletrônico do STJ, 17 dez. 2004. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=1532054&num_registro=200301325557&data=20041217&tipo=51&formato=PDF>. Acesso em 20 abr. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão no Recurso Extraordinário nº 1.037.396 – SP. Recorrente: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. Recorrida: Lourdes

Pavioto Correa. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 02 mar. 2018. Diário de Justiça Eletrônico do STF, 04 abr. 2018. Disponível em:
<<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5160549>>. Acesso em 18 mai. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina - TJSC. Acórdão em Apelação Cível. Processo nº 0301825-09.2015.8.24.0139. Relator: Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves. 5ª Câmara de Direito Civil do TJSC. Santa Catarina, 20 jun. 2017. Diário de Justiça Eletrônico do TJSC, 07 jul. 2017. Disponível em:
<<https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/abrirDocumentoEdt.do?origemDocumento=M&nuProcesso=0301825-09.2015.8.24.0139&cdProcesso=P00011ZW80000&cdForo=900&tpOrigem=2&flOrigem=S&nmAlias=SG5TJ&cdServico=190201&ticket=xJRfOZH4jBe81O5BKb2inQ9gDKFQY%2BpwmKx1esiGteue5Ojj%2BqzkkcFI6joCUrQOcX4yLtfiB5a2f0A%2FegG%2BaGeajKUpAor3L0cCehwjB2GcQmJRliK%2FaPKin7LyKsjST1iffvDrp9cRQl1WI9dphxc8FESnWMRKYLmVcKeR1GjGK8lfo954AnsvYDkiOoh%2F%2F MQ5npN6hSdLb5%2BA%2FXPgUXbFpNAf6rAs3owSI52sTsXzibYg5%2F9DunNZ2RK12Nh4>>. Acesso em 18 abr. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES. Decisão liminar que determinou a retirada do aplicativo “Secret” na rede. Concessão de efeito suspensivo. Decisão do Agravo de Instrumento nº 0035186-28.2014.8.08.0024. Agravante: Secret Inc. Agravado: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Relator: Desembargador Robson Luiz Albanes. Vitória, 06 nov. 2014. Diário de Justiça Eletrônico do TJES, 13 nov. 2014. Disponível em:
<https://sistemas.tjes.jus.br/ediario/index.php/index.php?option=com_ediarior&view=content&id=164640>. Acesso em 21 mai. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Decisão na Representação nº 0600546-70.2018.6.00.0000. Relator: Ministro Sérgio Banhos. Representantes: Marina Silva e Rede Sustentabilidade – Diretório Nacional. Representado: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. Brasília, 07 jun. 2018. Diário de Justiça Eletrônico do TSE, 08 jun. 2018. Disponível em:
<<https://www.conjur.com.br/dl/marina-silva-fake-news.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2018.

CARTA CAPITAL. A verdade sobre Marielle resistirá à onda de fake news? Disponível em:
<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/odio-e-intolerancia-nas-redes-foram-derritados>>. Acesso em 21 mai. 2018.

CARTA CAPITAL. O que se sabe até agora sobre a morte de Marielle? Disponível em:
<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-se-sabe-ate-agora-sobre-a-morte-de-marielle>>. Acesso em 21 mai. 2018.

CEROY, Frederico Meinberg. Os conceitos de provedores no Marco Civil da Internet. Disponível em:
<<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI211753,51045-Os+conceitos+de+provedores+no+Marco+Civil+da+Internet>> Acesso em 08 abr. de 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. O que constitui o tratamento de dados? Disponível em:
<https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection/reform/what-constitutes-data-processing_pt>. Acesso em 29 mai. 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. O que são dados pessoais? Disponível em:
<https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection/reform/what-personal-data_pt>. Acesso em 29 mai. 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. Para que serve o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)? Disponível em:
<https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection/reform/what-does-general-data-protection-regulation-gdpr-govern_pt#exemplos>. Acesso em 29 mai. 2018.

COMITÊ DE GESTÃO DA INTERNET NO BRASIL. Resolução CGI.br/RES/2012/010/P. Disponível em:
<<http://www.cgi.br/resolucoes/documento/2012/010>>. Acesso em 19 abr. 2018.

FORTUNA, Deborah. TSE promete combater as fake news para garantir um jogo limpo nas eleições. Disponível em:
<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/06/09/interna_politica,687343/tse-promete-combater-fake-news-para-garantir-jogo-limpo-nas-eleicoes.shtml>. Acesso em 10 jun. 2018.

GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. Uma análise crítica da responsabilidade civil dos provedores na Lei nº 12.965/14 in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). Direito & Internet III – Tomo II. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 307-320.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, volume 1: parte geral, 10. ed., São Paulo: SARAIVA, 2012, E-book, ISBN 978-85-02-15530-5.

HIRATA, Alessandro. Internetrecht: Aspectos de Direito Comparado Alemão in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). Direito & Internet III – Tomo II. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 609-618.

HUFFPOST BRASIL. Mais de 200 casos de “sexting” foram denunciados no Brasil em 2014 (PESQUISA). Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2015/05/19/mais-de-200-casos-de-sexting-foram-denunciados-no-brasil-em-20_a_21680559/>. Acesso em 10 abr. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2015. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

IDGNOW. Denúncias de revenge porn quaduplicam no Brasil em 2 anos. Disponível em: <<http://idgnow.com.br/internet/2015/07/06/denuncias-de-revenge-porn-quaduplicam-no-brasil-em-2-anos/>>. Acesso em 11 abr. 2018.

LEMONS, Ronaldo. Internet brasileira precisa de marco regulatório civil. Disponível em: <<https://tecnologia.uol.com.br/ultnot/2007/05/22/ult4213u98.jhtm>>. Acesso em 20 abr. 2018.

LEONARDI, Marcel. Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005. Disponível em: <<http://leonardi.adv.br/wp-content/uploads/2011/04/mlrcpsi.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. A responsabilidade civil dos provedores de aplicação de Internet por conteúdo gerado por terceiro antes e depois do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/14). Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 110, p. 155-176, maio 2016. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/115489>>. Acesso em: 26 mai. 2018. DOI: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v110i0p155-176>>.

LORENZETTI, Ricardo L. La Responsabilidad de los Buscadores de Internet in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). Direito & Internet III – Tomo II. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 557-568.

MARTINS, Guilherme Magalhães. Inconstitucionalidade do Marco da Internet. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed799_inconstitucionalidade_do_marco_da_internet/>. Acesso em 10 abr. 2018.

MATURANA, Márcio. Aos 20 anos da web, Brasil discute marco legal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/05/28/aos-20-anos-da-web-brasil-discute-marco-legal>>. Acesso em 20 abr. 2018.

OBSERVATÓRIO DO MARCO CIVIL DA INTERNET. Histórico do Marco Civil: 8 de Abril, 2010 – 30 de Maio, 2010. Disponível em: <<http://www.omci.org.br/historico-do-marco-civil/timeline/#4>>. Acesso em 20 abr. 2018.

OBSERVATÓRIO DO MARCO CIVIL DA INTERNET. Histórico do Marco Civil: 20 de Julho, 2012 e 28 de Abril, 2013. Disponível em: <<http://www.omci.org.br/historico-do-marco-civil/timeline/#9>> e <<http://www.omci.org.br/historico-do-marco-civil/timeline/#10>>. Acesso em 20 abr. 2018.

OBSERVATÓRIO DO MARCO CIVIL DA INTERNET. Histórico do Marco Civil: 28 de Outubro, 2014 e 27 de Julho, 2015. Disponível em: <<http://www.omci.org.br/historico-do-marco-civil/timeline/#30>> e <<http://www.omci.org.br/historico-do-marco-civil/timeline/#42>>. Acesso em 20 abr. 2018.

RICCIO, Giovanni Maria. La responsabilità civile degli internet providers. Torino: G. Giappichelli Editore, 2002.

SCHREIBER, Anderson. Marco Civil da Internet: avanço ou retrocesso? A responsabilidade civil por dano derivado do conteúdo gerado por terceiro in LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). Direito & Internet III – Tomo II. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 277-306.

SECRETARIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Minuta de Anteprojeto de Lei para Debate Colaborativo. Estabelece o Marco Civil da Internet. Disponível em: <<http://culturadigital.br/marcocivil/files/2010/04/MINUTA-DE-ANTEPROJETO-DE-MARCO-CIVIL-DA-INTERNET-PARA-DEBATE-COLABORATIVO.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2018.

SENADO NOTÍCIAS. É preciso combater as 'fake news', diz Eunício ao Conselho de Comunicação. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/11/08/e-preciso-combater-as-fake-news-diz-eunicio-ao-conselho-de-comunicacao>>. Acesso em 23 mai. 2018.

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: volume único, 5. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: MÉTODO, 2015. E-book. ISBN 978-85-309-6210-4.

THOMPSON, Marcelo. Marco civil ou demarcação de direitos? Democracia, razoabilidade e as fendas na internet do Brasil. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 261, p. 203-251, set. 2012. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8856>>. Acesso em: 09 out. 2017. DOI: <<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v261.2012.8856>>.

UNIÃO EUROPEIA. Directiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 08 de junho de 2000. Relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno («Directiva sobre comércio electrónico»). Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº L 178 de 17 jul. 2000. p. 0001-0016. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32000L0031&from=PT>>. Acesso em 20 abr. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016. Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). Jornal Oficial da União Europeia nº L 119 de 04 mai. 2016. p. 0001-0088. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32016R0679&from=PT>>. Acesso em 31 mai. 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. Digital Millennium Copyright Act of 1998. 105th Congress, H.R. 2281. October 28, 1998. Disponível em: <<https://www.copyright.gov/legislation/dmca.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

VARELLA, Guilherme. Marco Civil da Internet: entre o lobby e a liberdade. Disponível em: <<https://www.idec.org.br/em-acao/artigo/marco-civil-da-internet-entre-o-lobby-e-a-liberdade>>. Acesso em 27 abr. 2018.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. Responsabilidade civil dos provedores de internet e a proteção da imagem. Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Brasília, v. 29, n. 7/8, p. 53-68, julho/agosto de 2017, ISSN 0103-703-X. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/113251/responsabilidade_civil_provedores_zanini.pdf>. Acesso em 10 abr. 2018.